Tribuna da Luta Operária

ANO VII Nº 283 - DE 22 A 28 DE SETEMBRO DE 1986

Cz$ 2,50

Confisco do boi gordo é a exigência geral

Foto: Carlos Ruggi

Bancários preparam nova greve

Banqueiros rejeitam sentença do TRT e bancários podem parar. Pág.7

A escassez de carne, que dura meses e tornou-se um verdadeiro acinte, começa a criar um forte movimento de pressão para que o governo deixe as meias-medidas (como o chamado "pacote do boi gordo") e aplique a Lei Delegada nº 4 - que permite o confisco das mercadorias que estão sendo sonegadas pelos inimigos do congelamento dos preços.

Página 10

EDITORIAL

A campanha na TV

Esta primeira semana de propaganda eleitoral gratuita na TV evidenciou mais uma vez o desinteresse das classes dominantes em levar o debate sobre a Constituinte para amplas camadas sociais. O tempo é monopolizado quase totalmente pelas candidaturas ao governo estadual e a demagogia tem campo livre. Paulo Maluf, em São Paulo, por exemplo, chegou a insinuar que apoiaria o movimento grevista dos professores "porque eles recebem salários muito baixos". Mas tratou de esconder que seu governo foi o período em que o magistério sofreu o mais brutal arrocho salarial. E que durante a ditadura militar, que ele sempre apoiou com entusiasmo, a repressão às greves ultrapassou todos os limites na violação dos direitos democráticos.

Os pretendentes à Câmara Federal e Assembléias Legislativas também, salvo honrosas excessões, fazem uma campanha meramente eleitoreira, sem nenhuma proposta para a nova Carta Magna. É um desfile de auto-elogios e promessas vazias que não convencem ninguém.

Os comunistas, em particular, se esforçam para apresentar suas teses, embora confinados pela legislação a menos de dois minutos na maior parte dos Estados. Mesmo assim, o fato de levantarem questões ligadas ao povo causa repercussão. Em São Paulo, por exemplo, o PC do B tem menos de 1 minuto e 50 segundos, mas seu programa tem ótima aceitação. Prova disto é que durante o programa foi divulgado um telefone para quem quiser discutir os problemas da Constituinte e colaborar na campanha e diariamente dezenas de trabalhadores, estudantes, populares, entram em contato; muitos deles pedem inclusive filiação ao partido.

As forças democráticas têm a responsabilidade de pressionar para mudar este quadro. E até exigir que os candidatos a governador colaborem na discussão da Constituinte. Cada candidato mais ligado ao povo tem o dever de alertar a população sobre as manobras dos poderosos e colocar em pauta as questões candentes da conjuntura nacional.

Apesar das limitações do tempo, o candidato que tem interesse pode encontrar uma forma, por exemplo, de exigir providências mais enérgicas contra os latifundiários, seja em relação à sonegação da carne e cobrança do ágio, seja em relação ao Plano Nacional de Reforma Agrária que continua emperrado. Da mesma forma pode cobrar medidas práticas do governo em relação à dívida externa. O presidente Sarney adotou uma postura de certa resistência às pressões imperialistas em sua viagem aos Estados Unidos. Mas as providências para deter a sangria de recursos para os bolsos dos credores estrangeiros não se concretizam.

A propaganda no horário gratuito não pode, portanto, se limitar a uma apresentação do nome e do número dos candidatos. Pelo contrário, deve ser um instrumento para mobilizar a opinião pública em favor de uma nova Constituição democrática e progressista. Caso isto não aconteça os conservadores submeterão as eleições à influência do poder econômico e visando impedir a continuidade das mudanças na batalha política que se travará na Assembléia Constituinte.

A campanha na TV também não é, mesmo daqui em diante, a única forma de propaganda. Pelo contrário, a ida direta ao povo, em arrastões, visitas de casa em casa, comícios, continua sendo a maneira principal de mobilizar os eleitores. A televisão tem a vantagem de atingir milhões de uma só vez, mas é um contato superficial. O debate tem que ser aprofundado em centenas de iniciativas localizadas, permitindo uma efetiva participação popular.

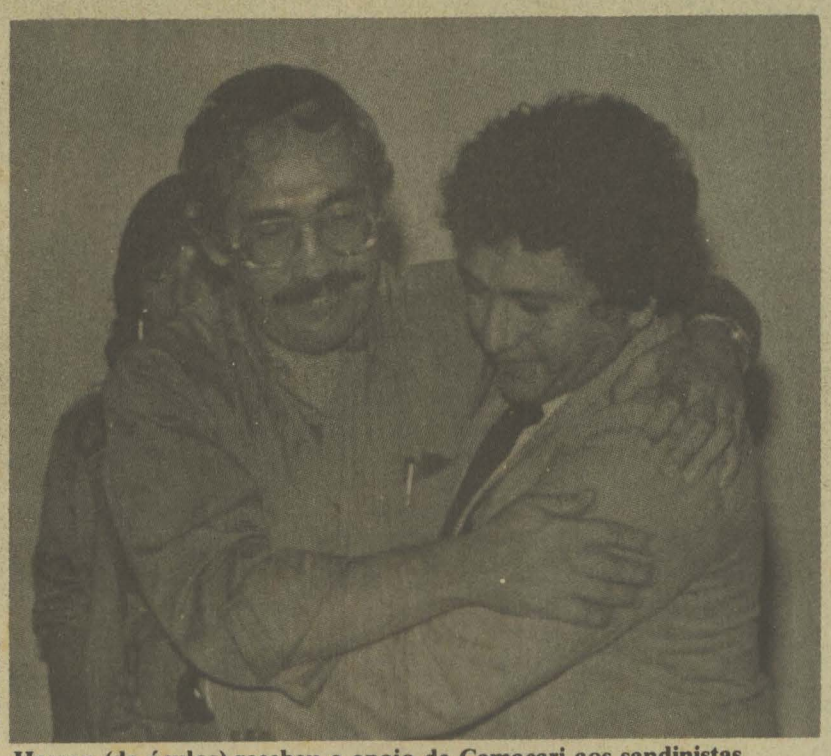


Foto: Koká

Hassan (de óculos) recebeu o apoio de Camaçari aos sandinistas

Líder sandinista visita Camaçari e assina acordo

O prefeito de Manágua, Moisés Hassan, fez palestras e assinou carta de intenções de intercâmbio técnico-cultural com a prefeitura de Luiz Caetano.

Página 2

Centreville vence uma luta de 4 anos

Em Sto. André, as famílias que ocuparam 600 casas em 82 conquistam a vitória final. Pág.6

EUA ameaçam Brasil com guerra comercial

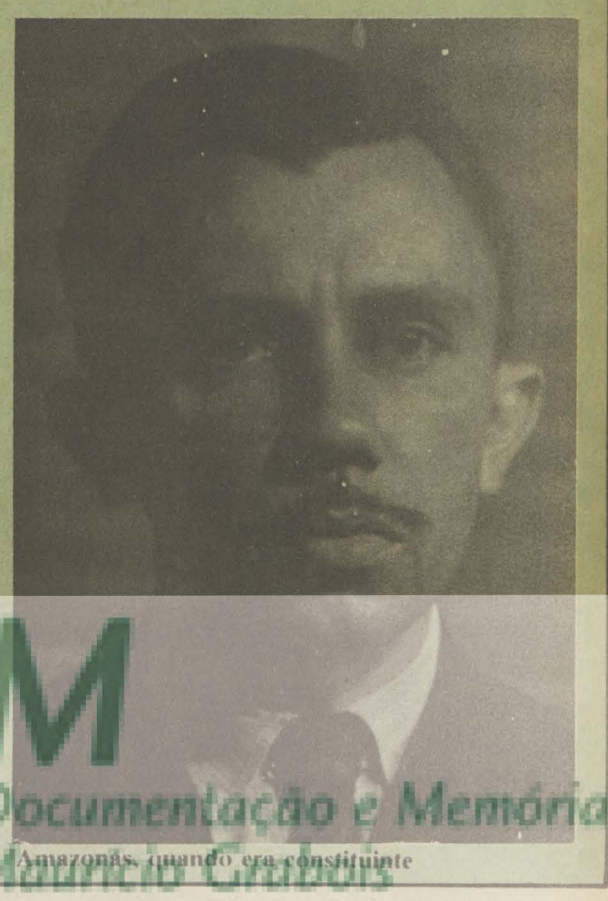
Na reunião do GATT, em Montevidéu, Brasil e outros países sofrem chantagem americana. Pág.3

Sucessão: o que muda com a TV

Em São Paulo, Maluf e Orestes Quércia, com tempo farto no horário gratuito, polarizam a propaganda eleitoral, ao passo que Antônio Ermírio enfrenta dificuldades. A Constituinte é a grande esquecida por quase todos no vídeo. Pág.3

João Amazonas tira lições de 46 para hoje

No 40º aniversário de promulgação da Constituição de 1946, o dirigente do PC do B fala à *Tribuna Operária*. Pág.4



João Amazonas, quando era constituinte

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Camaçari solidária com a Nicarágua

O prefeito da capital da Nicarágua, Manágua, comandante Moisés Hassan, visitou o município de Camaçari, na Bahia, onde trocou experiências e impressões com o prefeito Luiz Caetano. Na cidade foi criado o Comitê de Solidariedade à Nicarágua e assinada uma Carta de Intenções que prevê o intercâmbio técnico-cultural entre as duas prefeituras.

A visita de Moisés Hassan serviu também para a divulgação dos ideais da Revolução Sandinista, tema de incansável maratona hoje realizada por autoridades nicaragüenses em diversos países, e para denunciar a perseguição que aquele povo vem sofrendo do governo norte-americano de Ronald Reagan.

"Nicarágua Livre" foi uma das frases mais ouvidas durante as quase cinco horas da visita do comandante sandinista ao município baiano, sempre acompanhado do prefeito Luiz Caetano, que criticou duramente a ação terrorista dos Estados Unidos na América Central.

"O povo nicaragüense não vai se curvar ante as ameaças do imperialismo norte-americano", afirmou o comandante Hassan durante a palestra no auditório do Colégio São Tomaz de Cantuária. Acompanhado do embaixador Jorge Jenklins e do vice-prefeito de Manágua, Pedro Ortiz, Hassan alertou para o fato de que a intervenção do governo Reagan em seu país "trará reflexos para toda a América Latina".

O prefeito da capital nicaraguense protestou contra a aprovação, pelo Congresso dos EUA, da ajuda de 100 milhões de dólares aos "contras". O presidente Reagan está não apenas financiando, mas também armando e treinando um exército de 5 mil mercenários contra a Nicarágua.

O comandante Hassan, que era professor da Universidade de Manágua quando da Revolução Sandinista, e depois foi ministro de Estado, destacou que "a nossa população não será surpreendida pela intervenção. Nosso povo se prepara para a guerra, treinando e armando-se militarmente. Hoje os conflitos estão restritos às zonas de fronteiras".

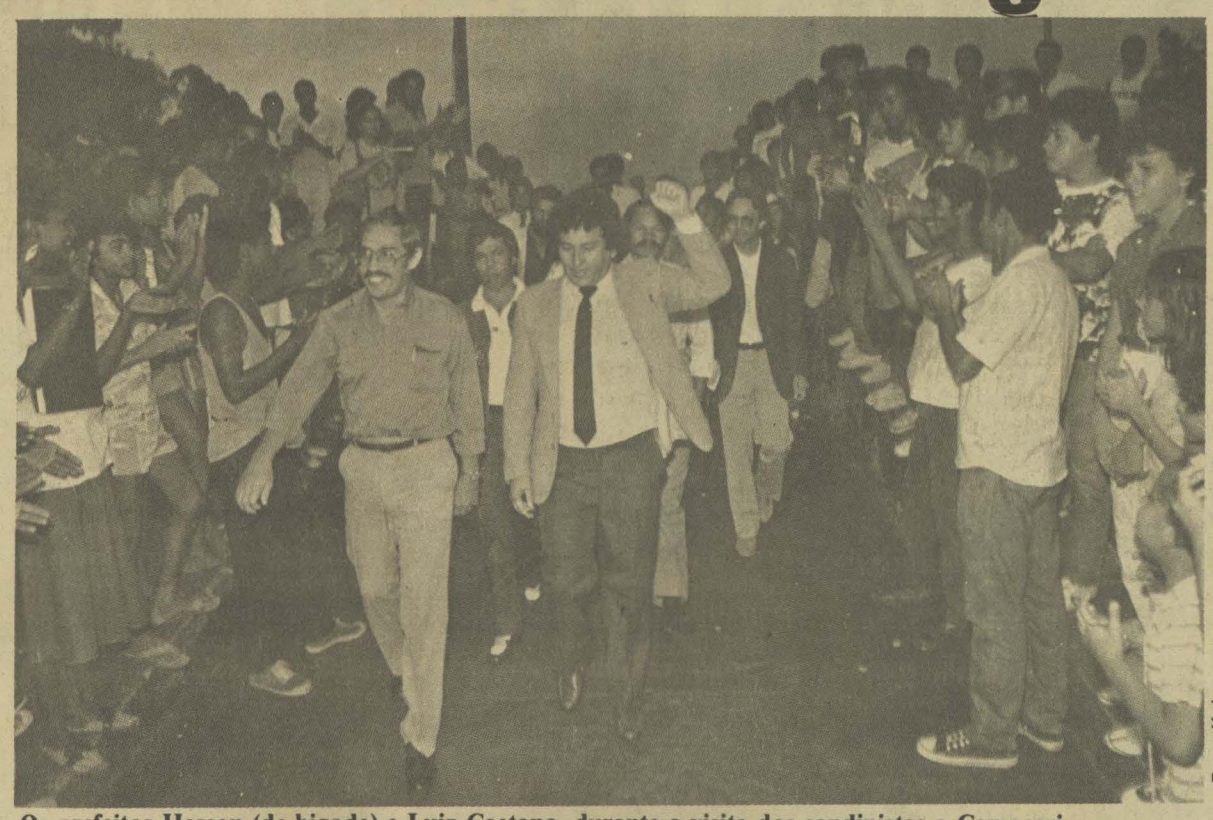


Foto: Koka

Os prefeitos Hassan (de bigode) e Luiz Caetano, durante a visita dos sandinistas a Camaçari

LENTA RECONSTRUÇÃO

Com 1 milhão de habitantes, Manágua está sofrendo ainda os efeitos do último terremoto que abalou a cidade há 14 anos - época da ditadura de Somoza, que desviou os recursos destinados pelo mundo inteiro para socorrer as vítimas da catástrofe. Por falta de recursos e em função do constante temor de uma intervenção armada dos Estados Unidos, vem sendo muito lento o processo de reconstrução. O comandante Hassan defendeu uma solução negociada para os conflitos militares e destacou a presença do Grupo de Contadora na mediação.

O vice-prefeito, Pedro Ortiz, abordou o nível de organização popular na Nicarágua, que atinge todas as faixas da população, inclusive as crianças. "Os sindicatos são organizados livremente, e a maior dessas organizações é a Central Sandinista dos Trabalhadores, que reúne 400 mil operários", afirmou Ortiz.

Durante sua passagem por Camaçari, os dirigentes sandinistas receberam o apoio e a solidariedade de diversos segmentos locais. O padre Paulo Tonucci, que já visitou a Nicarágua, também protestou contra as intervenções "do imperialismo americano" e concluiu que cabe ao povo e não aos governos alheios coordenar sua democracia, sua liberdade e sua soberania.

Já o prefeito Luiz Caetano disse que o povo de Camaçari acompanha a luta do povo nicaragüense com simpatia. "É inadmissível a intromissão norte-americana nas questões internas da Nicarágua, que hoje aparece ao mundo como uma resistente trincheira contra a violação de sua soberania", afirmou o prefeito baiano.

Ministro da Defesa é o "Rambo" das Filipinas

"Quando eu perco a paciência, eu ajo como um Rambo". Essa afirmação foi feita pelo ministro da Defesa das Filipinas, Juan Ponce Enrile, ao manifestar seu desacordo com a presidenta Corazón Aquino, por sua política de negociações com a guerrilha. Ponce Enrile, fiel colaborador do ditador Ferdinand Marcos, a quem serviu como ministro da Defesa durante 16 anos, encabeçou um movimento de sublevação das Forças Armadas, no final de fevereiro - quando o governo Marcos não tinha mais condições de se sustentar, devido às grandes manifestações populares exigindo a sua renúncia -, passando a apoiar a então candidata presidencial Corazón Aquino, fraudulentamente derrotada nas eleições.

Em meio a rumores de que os partidários de Marcos estão preparando um golpe, Corazón Aquino partiu, no último dia 15, para uma visita aos EUA. Ponce Enrile, no entanto, negou-se a acompanhá-la, alegando que precisava ficar nas Filipinas para comemorar o seu aniversário de casamento.

Soldados ianques na luta política boliviana

Além dos assessores militares, que supostamente estão ajudando no combate às drogas, assessores na luta contra o "terror", vindos dos EUA, chegaram à Bolívia, no maior sigilo, no fim de agosto. O ministro da Defesa da Bolívia, Luís Fernando Valle, só anunciou a presença dos novos assessores no país (não especificou a quantidade) no dia 10 de setembro, depois que já haviam realizado inspeções nas principais guarnições do departamento de Santa Cruz, perto da fronteira com o Brasil.

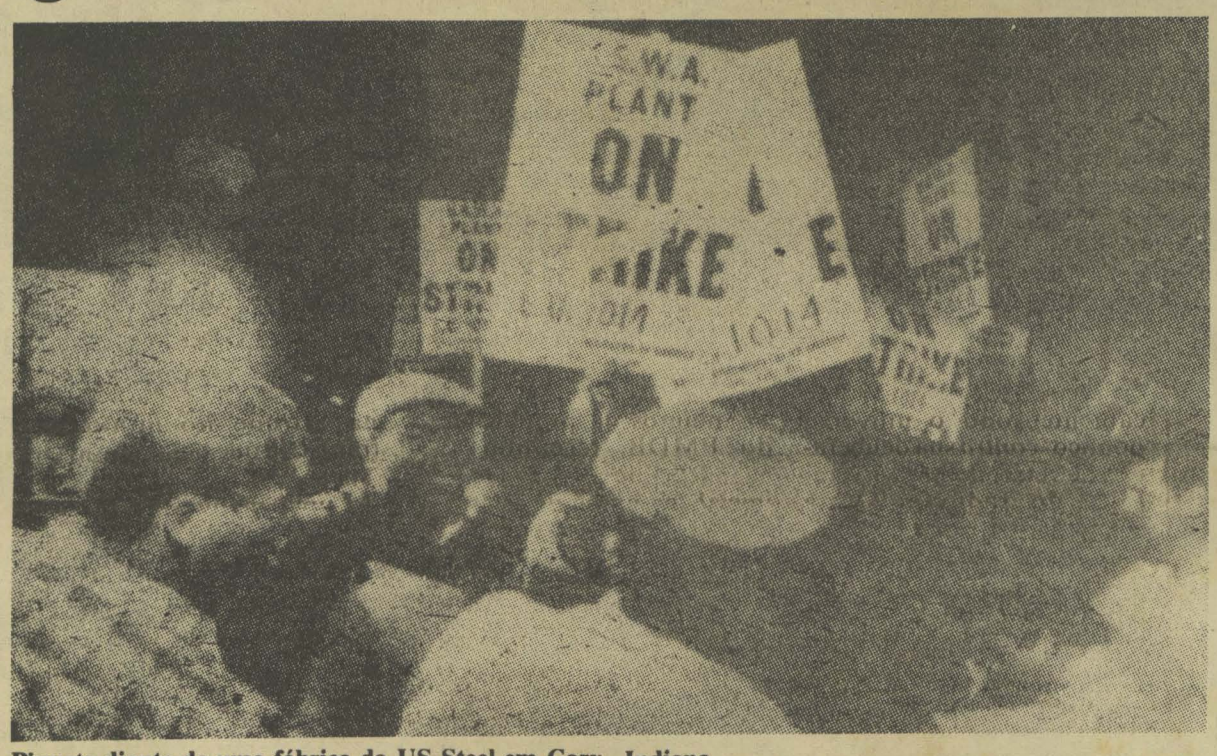
Fernando Valle afirmou que os assessores que estão na Bolívia são ligados ao Departamento de Estado dos EUA e que já mantiveram uma reunião com altas autoridades da Defesa e das Forças Armadas bolivianas, onde foram analisadas as necessidades de sua modernização. Para lutar contra o "terror" - afirmou o ministro da Defesa boliviano - esses assessores vão receber apoio logístico muito sofisticado, diretamente do Exército dos EUA. Quando perguntaram a Fernando Valle se havia terror na Bolívia, ele respondeu: "é melhor prevenir do que remediar"...

Metalúrgicos lutam contra a U.S.Steel nos EUA

A maior siderúrgica norte-americana, a US Steeel, aplica desde o final de julho um locaute que atinge 16 fábricas de nove Estados. O impasse surgido nas negociações para renovação do contrato coletivo resulta da tentativa dos magnatas de contornar, à custa dos trabalhadores, a grave crise que atinge a produção de aço nos EUA.

A última proposta da US Steel previa concessões salariais da ordem de 3 dólares nos salários horários, acúmulo de tarefas e liberdade para contratação de operários não-sindicalizados junto a empreiteiras. Só nos últimos quatro anos, o número de trabalhadores sindicalizados nas fábricas do conglomerado reduziu-se de 44 mil para 22 mil, fruto de seguidos acordos feitos pelos sindicatos operários do setor.

A determinação da empresa em arrancar as concessões ficou clara quando o sindicato recusou sua proposta. Um locaute paralisou 40 mil trabalhadores tendo como resposta a decretação da primeira greve geral na empresa desde 1959. Além dos salários, está em jogo o próprio poder de barganha do sindicato, que ficaria virtualmente quebrado caso a US Steel imponha suas pretensões. Até o momento, os metalúrgicos conseguiram em cinco



Piquete diante de uma fábrica da US Steel em Gary, Indiana

Estados receber o auxílio-desemprego, forçando as autoridades a reconhecer a responsabilidade dos patrões pelo impasse.

SUCATEAMENTO

O pano de fundo deste conflito é a profunda crise que se abate sobre a siderurgia norte-americana. A própria US Steel é um exemplo: seus lucros, que em 1984 atingiram 493 milhões de dólares, tiveram uma redução de cerca de 90 milhões de dólares em 1985.

A redução das vendas dos grandes produtores de aço dos EUA é consequência da entrada no mercado, a preços inferiores, do aço importado de países como a Coréia do Sul e o Brasil. Neles, siderúrgica de capital ianque valem-se da abundância de matérias-primas e dos baixos níveis salariais para reduzir violentamente os preços finais do produto. Assim, a indústria de aço norte-americana tende a entrar em um irremediável processo de sucateamento, que nem medidas protecionistas reivindicadas por alguns parlamentares parecem poder evitar.

A siderurgia faz parte de ramos no passado considerados como fundamentais para o desenvolvimento industrial. Basta lembrar a ferrenha oposição das metrópoles imperialistas à sua instalação em países dependentes, como o Brasil.

A entrada em cena do neocolonialismo, nesta época, modificou alguns conceitos econômicos até então vigentes. A indústria de base, que demanda investimentos pesados e proporciona retorno lento, vem sendo abandonada em favor da chamada "indústria de ponta", onde a alta tecnologia permite a obtenção de lucros elevados em curto prazo.

É como parte deste processo que os EUA, hoje, "empurram" a produção de aço para Brasil e Coréia do Sul, ao mesmo tempo em que torpedeiam o desenvolvimento nestes países da informática e da microeletrônica. Ao mesmo tempo em que pressiona o governo Sarney a abrir o mercado brasileiro para os computadores americanos, Reagan empenhou-se pessoalmente em impedir, no primeiro semestre, que o Congresso aplicasse taxas sobre o aço brasileiro.

A luta dos operários da US Steel ajuda a expor as contradições que permeiam a atual etapa de desenvolvimento do capitalismo. Não deixa de ser irônico que, justamente para aumentar a exploração dos países dependentes, os EUA agravem o problema do desemprego internamente, atiçando o descontentamento da classe operária.

Dívida externa causa greve geral no Equador

Pela suspensão do pagamento da dívida externa, revogação das medidas econômicas de austeridade, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e das tarifas dos serviços públicos e pela duplicação do salário mínimo, os trabalhadores equatorianos realizaram uma greve geral no dia 17 convocados pela Frente Unitária dos Trabalhadores. O presidente Léon Febres Cordero decretou várias medidas prejudiciais aos trabalhadores, no início de agosto, justificando-as com a baixa do preço do petróleo, principal produto de exportação do país.

Chirac deflagra terror contra imigrantes na França

"Os terroristas não devem esperar nenhuma clemência", anunciou o primeiro-ministro francês Jacques Chirac. Apoiado em uma onda de atentados que até o dia 16 tinha matado três pessoas e ferido 112, Chirac adotou novas medidas restritivas à imigração - os atentados foram reivindicados por um obscuro Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos Árabes e vitimaram apenas cidadãos, comuns, despertando suspeitas...

Palestinos refugiados na França pedem o fim das discriminações de que são vítimas

Esta nova onda de ataque contra os 4 milhões de imigrantes que vivem na França vem na esteira de uma lei draconiana aprovada pelo parlamento francês em agosto. Entre outras coisas, ela prevê a expulsão sumária de qualquer estrangeiro "suspeito de atos que possam perturbar a ordem interna".

Mais que garantir a segurança da população francesa, o gaullista Chirac parece pretender atingir, além dos imigrantes, os refugiados políticos que encontravam até algum tempo na França a sua "segunda pátria". Coincidentemente, repetem-se nas últimas semanas atos de extradição de nacionalistas bascos para a Espanha, onde são processados pelas autoridades. Ao mesmo tempo, o ex-ditador haitiano François Duvalier continua sem ser incomodado em seu castelo no interior da França, apesar de seu pedido de asilo ter sido formalmente negado!

Mais que qualquer coisa, causa estranheza que os atentados de Paris não tenham até agora causado qualquer dano maior ao governo francês - supostamente o alvo certo para os "amigos" dos presos árabes. Até o momento, o único efeito concreto das bombas foi dar a Chirac o pretexto de que precisava para prosseguir sua ofensiva contra os imigrantes.

PRIVATIZAÇÃO

O ministro das Finanças da França, Edouard Balladur, anunciou, no último dia 11, quais serão as três primeiras das 65 empresas nacionais que o governo entregará à iniciativa privada: a Companhia Financeira Paribas, que emprega 120 mil pessoas; a indústria de vidros e materiais de construção Saint Gobain, com 148 mil empregados; e as Assurances Générales de France, o segundo grupo de seguros do país, com 12 mil funcionários. Elas serão colocadas à venda em novembro e dezembro, e estão entre as mais lucrativas do setor estatal francês.

Segundo o plano de desnacionalizações estabelecido pelo primeiro-ministro direitista Jacques Chirac, 65 empresas e bancos deverão ser vendidos nos próximos cinco anos. Os investidores estrangeiros poderão adquirir até 20% das ações de cada empresa, ficando outros 10% reservados aos empregados, mas o próprio ministro das Finanças já afirmou que estrangeiros poderão posteriormente adquirir o controle das empresas.

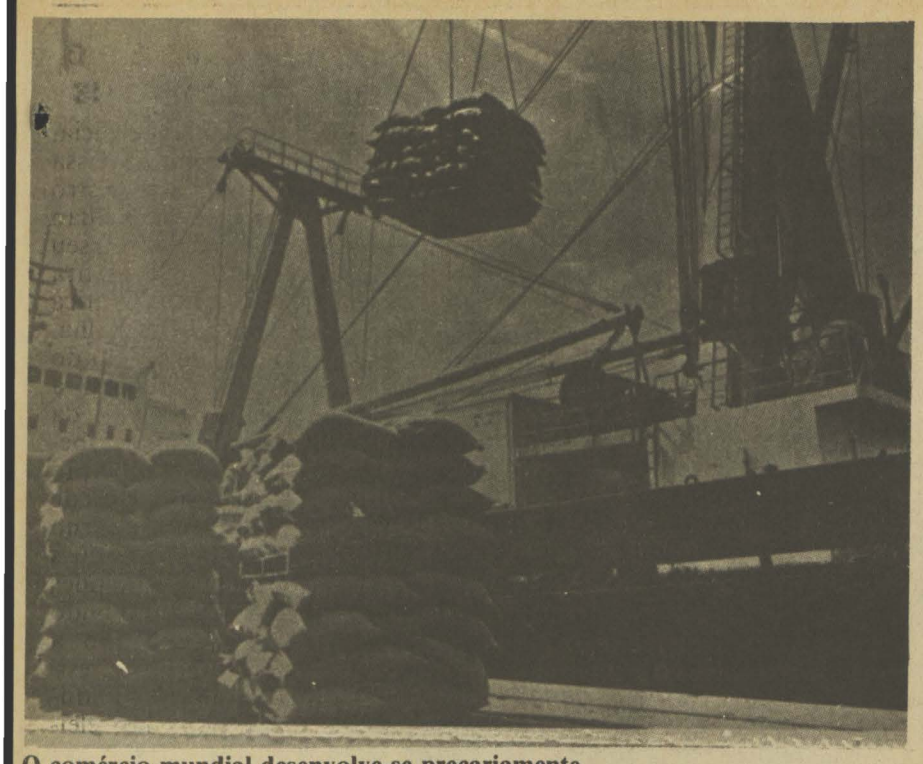
Noruega protesta contra visita de Thatcher

Apesar da violência, a polícia norueguesa não conseguiu dissolver uma manifestação de cerca de 1.500 pessoas que invadiram os jardins do castelo medieval de Akershus, obrigando o governo da primeira ministra Gro Harlem Brundtland a adiar o banquete que seria oferecido a sua colega Margaret Thatcher, no dia 11. Os manifestantes protestavam contra a presença britânica na Irlanda do Norte, a política de Thatcher para a África do Sul, o corte dos poderes dos sindicatos ingleses e a chuva ácida que o dióxido de enxofre emanado das usinas de energia britânicas movidas a carvão despeja na Noruega.

No mesmo dia, em Londres, o ministro dos Transportes da Grã-Bretanha, John Moore, anunciou que a empresa aérea estatal British Airways será privatizada no início do próximo ano. Em 1985, a British teve lucros equivalentes a Cz$ 3,7 bilhões. Moore anunciou também que o fornecimento de gás de cozinha será entregue à iniciativa privada em novembro deste ano.

Desde que assumiu o governo, em 1979, Thatcher já desestatizou a indústria aeroespacial, a Telecom, empresa nacional de telecomunicações, e a Britoil, que explora petróleo no mar do Norte.

CDM Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



O comércio mundial desenvolve-se precariamente

Imperialismo quer manter exploração através do GATT

A reunião do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), iniciada dia 15 em Punta del Este, no Uruguai, deixou patente que o sistema capitalista mundial não está muito longe de desembocar em uma guerra comercial de consequências imprevisíveis. Destaca-se o interesse dos países imperialistas em manter, a qualquer custo, o atual *status quo*.

A principal polêmica neste encontro entre os 96 países signatários do acordo relaciona-se com a proposta de regulamentação do comércio mundial de serviços, assunto que interessa especialmente aos Estados Unidos e conta com a oposição do Brasil, Índia e outras nações de capitalismo dependente.

PROPOSTA IMPERIALISTA

Sob o disfarce da defesa do livre comércio e do combate ao protecionismo, o governo norte-americano luta para assegurar a sobrevivência das regras do jogo imperialista. Os tópicos que ele quer ver aprovados incluem o endurecimento das normas de proteção dos direitos de propriedade intelectual (tendo em vista, especialmente, o *software* ou programa de computador); a supressão de todas as proteções nacionais no setor de serviços (que compreende bancos, seguradoras, construção civil, projetos na área de engenharia etc.) e liberação completa, isto é, de todos os ramos econômicos, para investimento estrangeiro.

Trata-se, no conjunto, de preceitos extremamente nocivos aos países economicamente dependentes. Um estudo elaborado por uma comissão interministerial instituída pelo presidente Sarney concluiu que, para o Brasil, eles constituem um atentado à soberania nacional. O mesmo é válido também para outros países.

Para se ter uma idéia da dimensão do problema, cabe ressaltar que, em primeiro lugar, tais propostas, se colocadas em prática, exigiriam a revogação da Lei de Informática, soberanamente instituída no país com a aprovação unânime do Congresso Nacional. As empresas estrangeiras, com seu poder arrasador, penetrariam em quase todos os ramos econômicos a que hoje não possuem acesso (bancos, telecomunicações etc.).

Ficando ainda no Brasil, com o setor bancário desnacionalizado, o país ficaria no risco de ter sua política de crédito manipulada por estrangeiros e poderia até mesmo perder o controle sobre a circulação da moeda.

O imperialismo ianque, com isto, quer impor "uma nova divisão internacional do trabalho tão ou mais excludente do que a que se nos tentou impor no passado", como acentuou o chanceler Roberto de Abreu Sodré.

Os EUA estão jogando duro para fazer valer sua posição, explicada pela importância crescente que os chamados serviços, como reflexo do próprio parasitismo em que se afunda cada vez mais o sistema imperialista, assumiram na atualidade: o comércio mundial no setor movimenta anualmente 2 trilhões de dólares, cerca de um quarto do comércio mundial; e representa quase 70% do PIB norte-americano.

PRESSÕES INTOLERÁVEIS

Durante a visita de Sarney aos EUA, este foi um dos temas levantados pelos ianques como forma de chantagem e ameaça. O secretário do Tesouro, James Baker, disse que a vitória do seu país no GATT neste assunto é de extrema importância, lembrando que "a atual situação é insustentável" podendo resultar, entre outras coisas, na derrota de Reagan nas próximas eleições. Pressionou Sarney para que apoiasse tal posição, mas o presidente brasileiro resistiu com dignidade.

O pano de fundo das contradições em evidência na reunião do GATT é a profunda crise do sistema capitalista a nível mundial. Uma crise de muitas faces e de tal forma entrelaçada que as propostas para superá-la, de acordo com conveniências mutuamente incompatíveis, prometem aumentá-la ainda mais. No caso dos EUA, há o gigantesco déficit comercial que anda em torno dos 200 bilhões de dólares anuais, o que torna irresistível a pressão interna para aumentar as barreiras protecionistas. As economias dependentes debatem-se com enormes dívidas externas (que, no conjunto, cresceram 7,5% em 1985) e com a deterioração dos termos de troca. O comércio mundial, em conseqüência, apresenta um comportamento medíocre e anda próximo do estrangulamento.

Falsificação da inflação prejudica trabalhadores

Na semana que passou foram divulgados dois índices governamentais de inflação relativos ao mês de agosto: o Índice de Preços ao Consumidor - que é considerado oficial pelo governo - foi de 1,68% (nele não entraram os aumentos ocorridos devido ao chamado empréstimo compulsório da gasolina, álcool e carros novos). Já o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em que os aumentos da gasolina, álcool e carros são considerados alcançou 3,55% - mais do dobro do índice oficial -, mas não é utilizado para nenhum cálculo oficial. Na verdade, sua divulgação serve apenas para não desmoralizar de vez o prestígio técnico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, que o elabora.

LONGE DA REALIDADE

Mas o mais surpreendente foi a declaração do presidente do IBGE, Edmar Bacha, tirando qualquer relação entre os índices de inflação e a realidade dos preços no país: Disse ele: "Os pesquisadores do IBGE não estão autorizados a consultar os preços junto aos consumidores e devem obter os preços dos comerciantes. Antes de pedir a um açougueiro o preço da carne, o pesquisador do IBGE se identifica". Ou seja, o ágio não entra nos cálculos, assim como não são computados os preços acima da tabela - afinal, nenhum comerciante consultado por um órgão do governo seria ingênuo a ponto de confessar-se um infrator do congelamento...

Horário eleitoral favorece polarização Maluf x Quércia

Como previsto, o horário eleitoral gratuito começa no rumo da polarização entre Paulo Maluf e Orestes Quércia pelo governo paulista. Os partidos que apóiam estes dois candidatos somam 47 minutos em cada hora de propaganda. Enquanto Antônio Ermírio, além de ter menos de 7 minutos e meio, revela outros pontos débeis nesta fase da campanha.

Pelo menos dois fatores além do horário reduzido conspiram contra o êxito alcançado até agora por Antônio Ermírio nas pesquisas eleitorais. Primeiro, ele aparece como um personagem solitário; não tem candidatos a vice, a senadores, deputados federais e estaduais com um mínimo de densidade eleitoral. Segundo, Ermírio carece também de uma plataforma mais concreta para apresentar ao eleitor, aparecendo no vídeo, em seus precários minutos, como um enumerador de lugares comuns e generalidades.

DIREITA SEM SEGREDOS

Paulo Maluf, pelo contrário, aparece na TV cheio de afirmações e promessas. É o candidato da direita e não faz segredo disso. Convive sem constrangimentos com figuras como Antonio Delfim Netto, que pede votos para chegar à Constituinte, também pelo PDS. Elegeu como cavalo de batalha o problema da segurança, muito sentido pelo povo, e agita como suposta solução o recrudescimento da violência policial. Diz que soltará de novo nas ruas a Rota - que em um só ano de seu governo, 1982, matou 125 pessoas, sem que isso barrasse a escalada da criminalidade. Quando uma mulher do povo se queixa da falta de carne, Maluf responde que "é preciso dar uma força ao pecuarista", como se não fossem os senhores de terras e gado que estão escondendo o boi gordo para especular.

O outro traço da propaganda malufiana é a demagogia. Sem a menor cerimônia, o candidato do PDS faz a cada dia borbotões de promessas, a começar por um piso de cinco salários mínimos para os professores estaduais, que ele mesmo suprimiu em seu governo. Fica a impressão de que, se alguém lhe pedir uma vaga no Céu, ele vai responder que não há problema, pois tem muito trânsito junto a Nossa Senhora da Penha...

QUÉRCIA E OS BOIS

Orestes Quércia, que conseguiu chegar ao horário gratuito apesar de um bombardeio maciço, partindo da imprensa e até de setores do PMDB, agora tira partido do tempo farto na TV. Esgrime como trunfo sua origem de interiorano humilde, em contraste com o berço de ouro de seus oponentes. Capitaliza também o prestígio de sua chapa, onde o vice, os senadores e muitos candidatos proporcionais são bons puxadores de voto. Porém seu prato de resistência é a carne, ou a falta dela. Iniciou, em ritmo de campanha, a pregação pelo confisco da carne e outros produtos em falta, através da aplicação da Lei Delegada nº 4.

As pesquisas ainda não registraram a influência do horário gratuito sobre o eleitorado paulista. Os programas, contudo, empurram no sentido de esvaziar Antônio Ermírio, consolidar Maluf como porta-voz da reação em busca do eleitor atrasado e dar a Quércia uma oportunidade de aparecer como alternativa viável para a maioria antimalufista. Eduardo Suplicy, com menos de 3 minutos em cada horário - mais dedicados ao humor do que a propostas para o governo, e menos ainda para a Constituinte - coloca-se fora do páreo.

UM ROLO COMPRESSOR

Por sinal, em São Paulo, como no país em geral, a discussão sobre a Assembléia Constituinte está confinada ao máximo, para não dizer esmagada, pelo rolo compressor das candidaturas ao governo. Mesmo os candidatos à Constituinte, com frequência, escondem sua pobreza de idéias, os seus propósitos não confessáveis, falando sobre a eleição para governador. Conta-se nos dedos as exceções, como o PC do B, que em seu minúsculo horário de 1 minuto e 46 segundos convida o eleitor a fazer suas propostas para a nova Carta, através de um "telefone constituinte".

Decisão do TSE desagradou a todos

O Tribunal Superior Eleitoral conseguiu uma rara proeza, sobretudo em tempos eleitorais, ao unir praticamente todo o universo político *contra* sua deliberação de vetar, no horário gratuito do rádio e TV, a presença de quem quer que não seja candidato neste 15 de novembro. Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, conversou longamente com o presidente do Tribunal, José Néri da Silveira, na tentativa - inútil - de uma reconsideração. No Rio de Janeiro, Leonel Brizola protestou com veemência, já que contava dar uma contribuição decisiva, com sua presença pessoal no vídeo, para salvar seu candidato ao governo, Darcy Ribeiro. Praticamente não houve aplausos à decisão, com exceção do ex-ministro do general Geisel Armando Falcão, cujo nome serviu para batizar a famigerada Lei Falcão, vigente sob a ditadura.

Diante da grita geral, os Tribunais Regionais Eleitorais optaram por uma aplicação flexível do princípio draconiano. O TRE de Brasília, que na manhã do primeiro dia de propaganda tomou a decisão ao pé da letra e chegou a cortar 15 dos 17 minutos da propaganda do PMDB, terminou recuando. Em sua disposição inicial, os juízes de Brasília haviam chegado ao extremo de proibir a transmissão de tomadas externas, para que o povo não aparecesse no horário de propaganda - uma atitude no mínimo estranha, já que uma eleição, ao menos em tese, é antes de tudo uma manifestação da soberania popular.

Foto: Tadashi Nakagomi

Ulysses Guimarães tenta demover o presidente do TSE

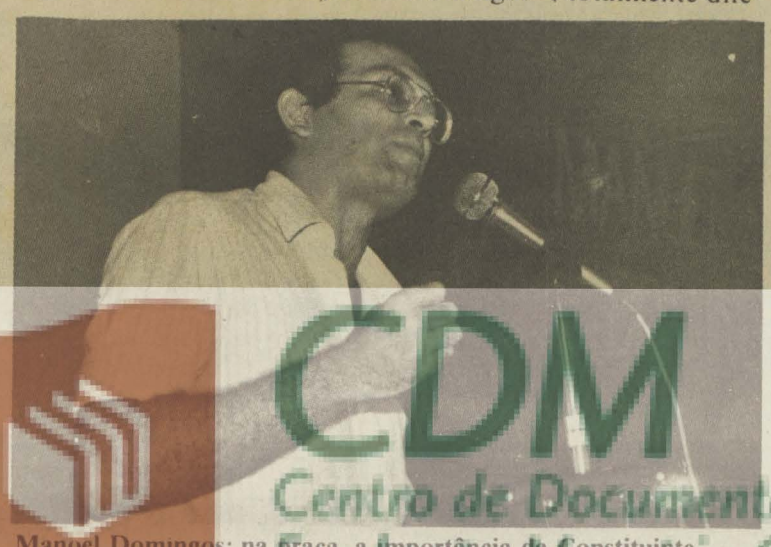
Bloco Popular agita interior do Piauí

A campanha do Bloco Popular do PMDB no Piauí está avançando de forma surpreendente em diversas cidades do interior do Estado. No dia 14, o Bloco Popular realizou um comício com mais de 5 mil pessoas em São João do Piauí. O fato surpreendeu a todos pois o eleitorado do município é de 18 mil pessoas e o domínio oligárquico é muito forte. Antes, no dia 5, cerca de 8 mil pessoas haviam assistido ao lançamento da candidatura de Manoel Domingos à Constituinte em Parnaíba.

Em São João do Piauí, o comício serviu para lançar as candidaturas de Modesto Paulino à Assembléia Legislativa e Domingos à Câmara Federal. Manifestaram-se em apoio ao candidato o presidente do DCE-UFPI, Francisco Galvão; o vereador Osmar Júnior, de Teresina; a vereadora de União, Ducília Rodrigues; a presidenta do Conselho Municipal da Mulher de Teresina, Lourdes Eufino; o ex-presidente do DCE-UFPI, Marcos Lopes; o professor universitário Luís Carlos Puscas; o presidente do PMDB municipal, Constantino Pereira, além do ex-prefeito da cidade, Claudionor Paes Landim.

Manoel Domingos fez um discurso de grande impacto, atacando a compra de votos e explicando o que é Constituinte. Lembrou sua trajetória de lutas contra a ditadura militar - que lhe valeu inclusive a prisão, a tortura e o exílio.

Modesto Paulino empolgou o povo presente, com seu discurso vibrante e agitativo. Denunciou o uso indevido dos órgãos públicos a serviço dos candidatos governistas. Falou sobre o caráter das duas candidaturas - sua e de Domingos -, totalmente diferente das candidatoras tradicionais, que se apóiam no dinheiro e nos currais eleitorais. Destacou a necessidade de se eleger Alberto Silva para o governo. No final do comício, impressionou o fato de que o povo continuava na praça, sem querer ir embora.



Manoel Domingos: na praça, a importância da Constituinte

8 MIL EM PARNAÍBA

Na cidade de Parnaíba - o segundo maior colégio eleitoral do Piauí e terra onde Manoel Domingos foi criado - a praça principal ficou lotada, no dia 5, durante o comício. Manoel Domingos explicou em linguagem clara e simples o que é Constituinte e quais as suas propostas para um Brasil progressista. Um repentista, improvisou versos com o refrão: "Quem votar em Manoel vai pro céu; que não votar, vai pro beleléu...". Explicou que o céu de que falava era o das justiças sociais, da reforma agrária, das transformações profundas na vida do país. (da sucursal)

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Amazonas, nos 40 anos da Constituição de 46:
'O povo brasileiro evoluiu muito'

Os setores mais avançados podem ter na Constituinte uma representação maior do que em 1946, pois "o povo brasileiro evoluiu muito" - é a previsão de João Amazonas, presidente nacional do PC do B e ex-constituinte de 1946. Amazonas falou à *Tribuna Operária* no 40º aniversário de promulgação da última Constituição brasileira saída do voto popular.

TO: Quais as diferenças no processo de convocação entre as Constituintes de 1946 e 1986?

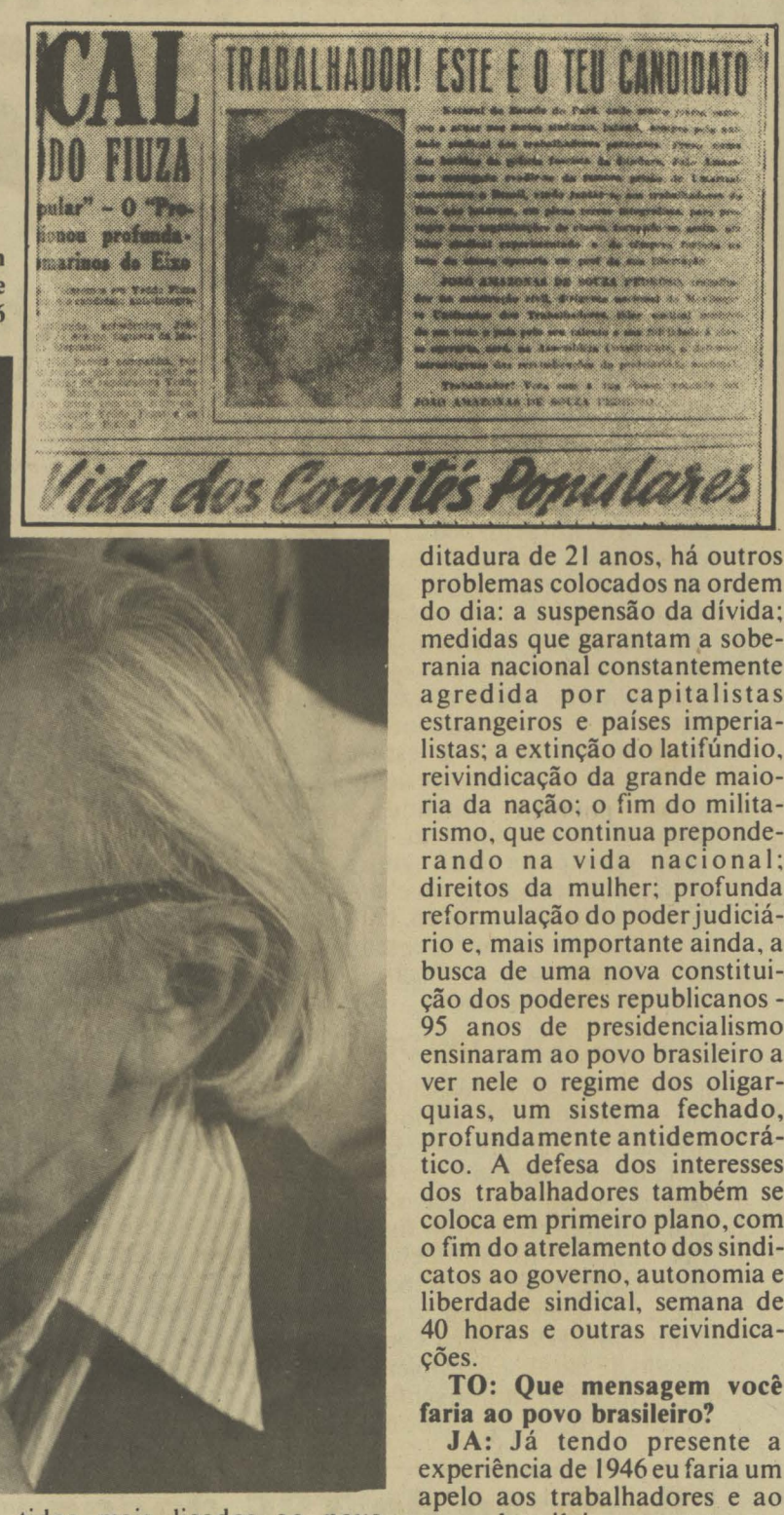
João Amazonas: Em 1946 a Constituinte surgia num clima de grande entusiasmo popular, com a queda do Estado Novo e a grande vitória sobre o nazismo. Era um momento de intensa mobilização popular. O PC do B, tendo conquistado a legalidade, participava amplamente da batalha pela Constituinte. Mas no momento em que ela foi convocada já se iniciava um processo de contenção da luta democrática. Durante a elaboração da Carta predominava no país um regime de retrocesso político, sob a direção do marechal Dutra, de triste memória.

Na atualidade o ambiente político e democrático e o debate em torno da Constituinte já se vêm realizando há vários meses. Observa-se porém, um clima no sentido obscurecer o debate da Constituinte, sobretudo devido ao problema da sucessão estadual.

TO: Qual a correlação de forças existente em 46? E hoje?

JA: Em 46 a correlação de forças, se tomamos de um ponto de vista mais geral, era favorável à democracia. Mas pelo fato de que não houve debate com liberdade a Assembléia apresentou uma percentagem muito elevada de forças conservadoras e retrógradas. Sobressai a presença do PC do B, que obteve 9% do total da votação no país e elegeu 15 parlamentares, no então Distrito Federal (Rio de Janeiro), Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Pernambuco.

Hoje a correlação de forças é fortemente influenciada pelo poder econômico. Esta é a campanha eleitoral mais cara de toda a história do país. Além do mais até hoje o Congresso foi incapaz de liquidar o entulho autoritário e as leis aprovadas circunscrevem de tal maneira a participação dos partidos populares que é quase impossível competir com os fortes grupos financeiros que sustentam campanhas bilionárias. O espaço concedido na TV, que poderia facilitar a divulgação das idéias dos diferentes partidos, é extremamente limitado para as organizações de caráter mais democrático, como o PC do B. Aqui o dispositivo constitucional de que todos são iguais perante a lei não tem qualquer aplicação. Alguns são mais iguais do que outros. Alguns dispõem de quase 40 minutos e outros, como o PC do B, têm menos de 1 minuto e 40 segundos em cada período na TV, em São Paulo.



O dirigente comunista (acima, em sua campanha para a Constituinte de 46) espera novo êxito em 86

TO: O que se pode esperar dessa eleição?

JA: Apesar dessas restrições antidemocráticas é possível que em 15 de novembro os partidos mais ligados ao povo alcancem expressiva representação. Creio que maior do que em 1946. O povo brasileiro evoluiu politicamente. Não vende sua consciência cívica. O PC do B, lutando com falta de recursos repetirá em certa medida o êxito de 1945.

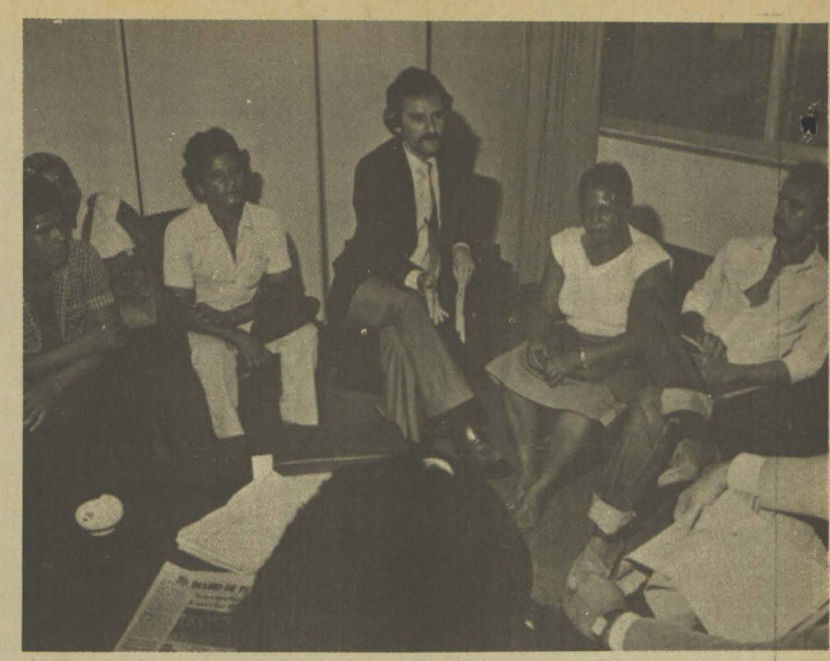
TO: Qual a questão central da Constituinte de 1946 e hoje?

JA: A questão central era o aspecto democrático. O país saía de uma ditadura e queria viver em liberdade. A reforma agrária, a luta antiimperialista, os direitos sociais não alcançavam grande repercussão.

Hoje, além do aspecto democrático, que se coloca com força num país saído de uma ditadura de 21 anos, há outros problemas colocados na ordem do dia: a suspensão da dívida; medidas que garantam a soberania nacional constantemente agredida por capitalistas estrangeiros e países imperialistas; a extinção do latifúndio, reivindicação da grande maioria da nação; o fim do militarismo, que continua preponderando na vida nacional; direitos da mulher; profunda reformulação do poder judiciário e, mais importante ainda, a busca de uma nova constituição dos poderes republicanos - 95 anos de presidencialismo ensinaram ao povo brasileiro a ver nele o regime dos oligarquias, um sistema fechado, profundamente antidemocrático. A defesa dos interesses dos trabalhadores também se coloca em primeiro plano, com o fim do atrelamento dos sindicatos ao governo, autonomia e liberdade sindical, semana de 40 horas e outras reivindicações.

TO: Que mensagem você faria ao povo brasileiro?

JA: Já tendo presente a experiência de 1946 eu faria um apelo aos trabalhadores e ao povo brasileiro para tomar parte ativa na grande batalha de nosso dias que é a conquista de uma Carta Magna capaz de registrar as sentidas aspirações da maioria da nação. E uma forma de participar é dar seu voto aos candidatos comprometidos com os interesses da democracia e do progresso. Votar bem é votar nos candidatos comunistas, do PC do B, e nos elementos progressistas abrigados em diferentes legendas. Vamos eleger os democratas de verdade, uma numerosa bancada, independente das legendas partidárias, para se opor às forças da reação, do poder econômico, do latifúndio e do capital estrangeiro.


Luciano Siqueira, com camelôs de Recife: criatividade e voto amarrado

Dragão e vaca entram na campanha

Recife. Um "Dragão Constituinte", com dez metros, e até uma vaca de carne e osso entraram nas campanhas populares do PMDB pernambucano para eleger Luciano Siqueira deputado federal, Renildo Calheiros e Lúcio Monteiro estaduais. O enorme dragão, vermelho e amarelo (as cores da campanha) é decorado com punhos cerrados e o nome do candidato. E a vaca estreou num comício da juventude, na praia de Boa Viagem, como protesto contra a falta de carne e leite, fazendo sucesso.

Francisco Vitório, um dos coordenadores da campanha, promete outras novidades para dar corpo às candidaturas: "Já estamos em posse de uma potente buzina de ar comprimido, para os comícios" anuncia. Mas faz segredo sobre outra "grande atração" a ser lançada.

Ao lado da criatividade, Luciano, Renildo e Lúcio se preocupam em amarrar, em votos, materializando a repercussão de suas candidaturas. Citam como exemplo o bairro da Ilha do Joaneiro, cujas iniciativas "merecem ser intensificadas nos demais locais".

(da sucursal)

Roraima já debate teses dos comunistas

Boa Vista. Com forte repercussão na imprensa local, e a presença de Dyneas Aguiar, da Executiva Nacional, o PC do B do Território de Roraima vem de promover, no auditório da Aster-RR, o lançamento do livro com as propostas dos comunistas para a Assembléia Constituinte. O partido lançou três candidatos à Constituinte no Território. E tem promovido o debate sobre a nova Constituição pondo ênfase em problemas particularmente agudos em áreas como Roraima - a exemplo da questão indígena. **(da sucursal)**

José Carlos e Laércio Pires (ao microfone): candidatos saídos do povo

Um comitê no reduto dos bóias-frias

Serrana, São Paulo. Nesta cidade da região que mais produz cana no país, Ribeirão Preto, marcada pela forte presença de "bóias-frias", o PC do B inaugurou domingo dia 7 um comitê de duas candidaturas saídas da massa popular: Laércio Pires, vendedor ambulante (vende coxinhas), para deputado estadual, e José Carlos, que foi canavieiro em Pernambuco antes de tornar-se operário têxtil, para a Constituinte.

O microfone foi aberto ao povo, com grande participação dos trabalhadores rurais, que exigiram com firmeza medidas como a reforma agrária. **(do correspondente)**

Candidato operário confia em sua classe

"A nossa vitória depende de cada companheiro operário que está aqui presente". O orador, ao microfone, em cima do caminhão, pouco se assemelha ao tipo tradicional do candidato a deputado. Não promete, não corrompe, não mente. Fala à consciência da audiência de perto de 500 pessoas, naquela noite quente de sexta-feira, em frente ao comitê do PC do B nos bairros do Belém e Moóca, Zona Leste da capital paulista.

O bairro é um tradicional reduto proletário de São Paulo, um dos primeiros berços do movimento sindical brasileiro. Ali estourou a histórica greve geral de 1917, e realizavam-se as assembléias conjuntas durante a grande greve geral de 1953. A audiência também é quase cem por cento operária, composta por assalariados da Alpargatas, Echlin, Mecânica Fabril, Fundições Brasil, Vicunha, Tabacow e dezenas de outras fábricas. O orador, Elgito Boaventura, mineiro de Caratinga, 36 anos, candidato a deputado estadual pelo PC do B, é também operário têxtil.

"É PARA GANHAR"

Ao inverso do que tanto se vê nestas semanas pré-eleitorais, Elgito não compra votos. Pelo contrário, são os trabalhadores que separam um pouco de seu suado salário para comprar uma caneca de chope, um churrasquinho, e ajudar na campanha. Os candidatos que antecederam Elgito no caminhão improvisado em tribuna baseiam sua campanha no mesmo esforço sobre-humano e consciente do povo trabalhador: um é motorista de ônibus, outra professora estadual, mais um têxtil... Apenas um deles, o metalúrgico Aurélio Peres, já tem mandato e candidata-se pela terceira vez à Câmara dos Deputados, agora pela legenda do PC do B.

No entanto, quem conversa com os trabalhadores presentes se dá conta de que estas campanhas pobres e despojadas estão criando raízes numa boa parte da classe operária da região. Da metalúrgica Echlin, de capital americano, vieram uns 25 trabalhadores, e o movimento foi tamanho que venderam um convite até para o gerente, que, constrangido, comprou. De uma pequena empresa próxima, a CSK, com 80 empregados, só vieram três, por que "o patrão ficou o dia inteiro falando que não ia ter chope nem nada, era mentira dos comunistas".

Muitas dessas fábricas passaram por greves nos últimos meses. Em algumas, houve vitória, mas o patrão agora não quer cumprir o prometido. "Conforme as coisas vão acontecendo, ou não acontecendo, a gente vai tomando consciência" - comenta uma jovem operária da Echlin. Na seção dela, a única trabalhadora que furou a greve deste ano agora diz que na próxima vez será a primeira a parar.

Já na CSK a greve foi derrotada, mas deixou um saldo na consciência da classe que aparece agora na campanha eleitoral. "Vamos ganhar - diz um metalúrgico. - Esta festa toda aqui é para ganhar. Não é brincadeira. É a necessidade que a gente sente. E a gente nunca entra na luta para perder". A

Foto: Ailton S. Leite
Na festa do Belém-Moóca, consciência e mais de 90% de operários

revolta na CSK é grande, pois ali nem o piso salarial da categoria é respeitado.

O SAMBA E O DISCURSO

A festa se espalha pela rua, pois a sede do partido é pequena para tanta gente. Na parede de uma das salas, um imenso quadro ocupa quase todo o espaço. É a relação das quase 300 fábricas que estão sendo visitadas pela candidatura de Elgito - desde as gigantescas, como a Alpargatas (7 mil trabalhadores) até algumas com poucas dezenas de operários. Alfinetes coloridos indicam o número de visitas já realizadas, ou a existência de comitês de apoio à campanha dentro da empresa.

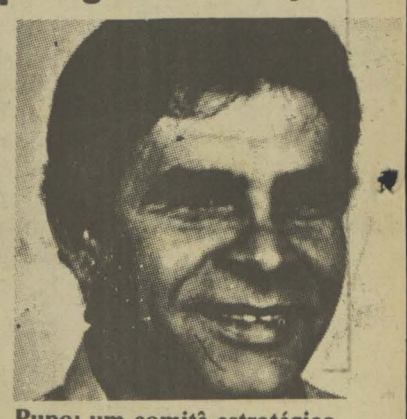
Do lado de fora, baterias de metalúrgicos, trabalhadores dos transportes coletivos ou do próprio bairro puxam o samba paulista, primitivo, autêntico e sentido. Mesmo durante os discursos, o batuque baixou de tom mas não parou. Fui descobrir se eles estavam ali mais por causa do chope e da festa e me surpreendi. Mesmo não trocando um samba por um discurso, eles têm uma cristalina clareza de por que vão votar nos candidatos comunistas. É toda uma corrente de opinião que aos poucos começa a tocar as profundezas da classe operária. **(Bernardo Joffily)**

Minicomícios pró-Pupo agitam Campinas

Campinas, São Paulo. Uma caminhada e vários minicomícios no calçadão da rua 13 de Maio ajudaram a despertar o interesse do povo para a inauguração do comitê de Fernando Pupo (candidato à deputado constituinte), Flávio Costa e Cecília Monteiro (estaduais), lançados pela legenda do PC do B.

O comitê central fica na rua Álvares Machado, por onde passam diariamente cerca de 250 mil pessoas.

(da sucursal)


Pupo: um comitê estratégico

Luiz Pedro dá nome aos bandidos da UDR

Bacabal, Maranhão. Luiz Pedro, deputado estadual e candidato a federal pela legenda do PMDB, foi procurado por grande número de pessoas, para parabenizá-lo, depois de seu discurso no comício do dia 7 para mais de 10 mil moradores da cidade, que tem 90 mil habitantes. Ao pedir que ninguém dê votos aos candidatos da UDR no Maranhão, o jovem deputado fez corajosas denúncias inclusive da UDR local, que é um centro de planejamento de ataques a lavradores em municípios vizinhos. Luiz Pedro tem como ponto de sua plataforma para a Constituinte a realização de uma reforma agrária que acabe com o latifúndio.

(do correspondente)

PMDB-PDS apela para compra de eleitores

Aracaju. O PMDB de Sergipe já começa a pagar caro por sua aliança sem princípios nem escúpulos com o PDS nesta eleição. Até agora não foi possível explicar a foto, publicada num semanário local, onde o candidato peemedebista ao governo, José Carlos Teixeira, aparece ao lado de Antônio Carlos Franco (da oligarquia pedessista dos Franco) e do *coronel* Rosendo Ribeiro, da cidade de Lagarto, distribuindo sacos de cimento a eleitores.

O mesmo sistema de compra de votos repetiu-se mais recentemente em Itabaiana - dominada pelo veterano *coronel Chico de Miguel*, que já foi preso três vezes, acusado de homicídio, mas hoje abriga-se no PMDB: geladeiras, televisores e outros eletrodomésticos foram distribuidos durante o comício, como "brindes". O prefeito da cidade, Germano Trindade, hoje também acoplado ao PMDB local, confessou que "realmente houve a distribuição de brindes", que foram "doados por empresas que trabalham para a prefeitura". E o próprio José Carlos Teixeira admitiu que houve o "seviciamento eleitoral". **(da sucursal)**

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A incapacidade do capitalismo

Depois de seis meses do Plano Cruzado, o congelamento dos preços vai sendo burlado das mais diversas formas. Até na carne importada, entregue para ser apenas distribuida, os frigoríficos cobram ágio. Falta leite, ocasionalmente falta açúcar, faltam inúmeros produtos farmacêuticos. Enquanto isto, na Albânia Socialista, depois de 42 anos da revolução os preços não sobem e, pelo contrário, já houve várias ocasiões em que os preços foram reduzidos.

DOIS SISTEMAS

A diferença não é no controle exercido. O que distingüe os dois países é o sistema econômico vigente. Aqui predomina o capitalismo, onde o lucro é o objetivo maior, com as fábricas, as terras e todos os bens de produção concentrados como propriedade privada de uma minoria. Tudo o que se produz destina-se ao mercado em busca do lucro máximo. Diante do decreto do congelamento os capitalistas sonegam os produtos, promovem algumas mudanças de fachada, para elevar o preço, estocam, para esperar o aumento dos preços ou tratam de exportar. Além disto as mercadorias escoam através de milhares de estabelecimentos, tornando a fiscalização quase impossível.

Na Albânia vigora o socialismo. As indústrias, as fazendas, os bancos pertencem aos trabalhadores através do controle estatal. O objetivo da produção é atender às necessidades materiais do povo. O Estado controla a produção e a distribuição de tudo, não havendo interferência da ambição pessoal no sistema. Os avanços técnicos revertem imediatamente em melhoria de qualidade e aumento de quantidade, possibilitando de tempos em tempos um rebaixamento dos preços. Em contrapartida, com o aumento da produção é possível elevar o poder aquisitivo da população.

AMBIÇÃO E CORRUPÇÃO

A luta pelo congelamento no Brasil é uma questão conjuntural. O povo busca com isto conter a especulação desenfreada. Mas como medida permanente, não é uma solução viável. A produção e a comercialização estão nas mãos dos capitalistas, que dispoem de mil artifícios para burlar a fiscalização popular. E a fiscalização oficial é absolutamente incapaz de exercer um controle eficaz - por ser muito reduzida e por ser vulnerável à corrupção. O Estado burguês não é obviamente aparelhado para punir as falcatruas da própria burguesia. A corrupção é um mal que afeta todos os países capitalistas, uns mais, outros menos.

Como a ambição é a mola mestra do sistema capitalista, a corrupção é inerente ao sistema. Mesmo nos países mais industrializados e com uma tradição democrática os escândalos aparecem de vez em quando, atingindo inclusive as mais altas autoridades.

OFERTA E PROCURA

Por outro lado, a burguesia pretende, ao lado do congelamento de preços - que não funciona, como já vimos - estabelecer o congelamento de salários, que é fácil de ser controlado por estar nas mãos dos patrões e não dos trabalhadores. Com isto pretende violar a própria lei econômica da oferta e da procura, que se manifesta no regime capitalista. Se há elevação da técnica e da produção, há mais trabalho, mais procura de mão-de-obra e, consequentemente, elevação do preço da força de trabalho.

Desta forma, não há incoerência dos trabalhadores em exigir o congelamento e, ao mesmo tempo fazer greve por melhores salários. É uma luta em duas frentes, que faz parte de uma batalha maior, que visa substituir o sistema capitalista pelo socialismo. **(Rogério Lustosa)**

DE OLHO NO LANCE

Delfim na TV

O horário gratuito dos partidos políticos na TV começa a apresentar coisas curiosas. Entre elas, apareceu Delfim Netto condenando a importação de mercadorias para suprir a falta no mercado interno.

Imaginem o homem da "embaixada 10%" defendendo os interesses nacionais! Imaginem o responsável pela área econômica da ditadura, quando a dívida externa cresceu vertiginosamente, aparecer no vídeo criticando a dependência do país em relação ao exterior!

Mas Delfim não defende nenhuma posição nacionalista. Ele apenas aproveita-se da situação para atacar o Plano Cruzado como o responsável pela escassez de produtos. Ele não se atreve nem mesmo a tocar na sonegação praticada pelos grandes empresários. Como bom oportunista ele trata apenas de explorar as dificuldades do governo atual, na maior parte herdadas do regime militar, mas não apresenta nenhuma solução.

Em todo caso a aparição do conhecido entreguista apoiando Paulo Maluf tem um mérito. O povo vai ligando estas execráveis figuras e tem melhores condições de relembrar o passado recente que tantos sofrimentos provovou. Maluf e Delfim tentam massacrar este tempo com uma propaganda demagógica, cheia de sorrisos. Vão receber o troco em 15 de novembro.

CULTURA PARA O NOVO BRASIL

O período de transição política que o país atravessa e a proximidade da Assembléia Constituinte ensejam e até estimulam o debate sobre a questão cultural. A solidez das instituições democráticas e progressistas que se pretende modelar na nova Constituição, o avanço do processo de transformação social e o encontro do Brasil com seu destino histórico de nação livre e soberana não prescindirão da elevação do nível cultural do povo, da ampla e livre circulação de idéias, da espontânea manifestação do espírito popular, do desenvolvimento sem peias da arte.

A instauração do novo regime coincidiu com a abertura desse debate, a partir da iniciativa de setores ligados à criação e à produção cultural. Em abril do ano passado tinha lugar em São Paulo o Congresso dos Escritores, onde não foram poucas as vozes em favor da elaboração de uma nova política cultural. Dias antes idéias semelhantes ocorreram também em São Paulo durante o Seminário Internacional de Legislação Cultural.

Ainda no ano passado, na fase de formação do novo governo, até mesmo os arranjos políticos e disputas de bastidores em torno da organização do Ministério por Tancredo Neves com o desmembramento do MEC e a conseqüente criação do Ministério da Cultura, motivaram acesas discussões sobre a política cultural.

Mas esse debate ainda não envolveu a imensa legião de criadores, movimentos e instituições culturais do país. O engajamento de tais setores na discussão e na própria definição dessa política é indispensável. A não ser que se queira tratar a cultura como questão tecnocrática, de planejamento a portas fechadas, do que só resultam desastrados e pesados pacotes.

Nossa produção cultural sofre o bombardeio do imperialismo

Por outro lado, sente-se a necessidade de aflorarem mais, antes das soluções ligeiras, as idéias em confronto. Restringir as discussões a temas como legislação cultural, mecenato estatal e/ou privado, organização do Ministério da Cultura e outros semelhantes coloca em risco a definição de uma política cultural que mereça ser tratada como tal e elude as questões de fundo da vida cultural do povo brasileiro.

A cultura precisa ser considerada como afirmação do homem no cotidiano de sua atribulada existência, como vivência histórica, ação transformadora em busca de um futuro pleno de realizações materiais e espirituais. Vista assim, numa sociedade democrática e progressista, a cultura ganhará efetiva prioridade, deixando de ser tratada como assunto de iluminados especialistas ou área lucrativa, segundo o estreito horizonte dos interesses mesquinhos e amesquinhadores do mercado e da chamada indústria cultural. Do ponto de vista das forças sociais que lutam por um futuro socialista, a cultura assume dimensão bem maior, dados os aspectos que envolve.

A cultura, como parte da superestrutura ideológica da sociedade, relaciona-se com o papel das idéias na vida social. As idéias não são passivas nem é nulo o seu papel. Agem ativamente sobre a base objetiva que as gerou, contribuindo para sua transformação. A esfera cultural é, assim, o universo em que ganha o dinamismo e toma forma a vida espiritual da sociedade. Não é outra a razão por que os reacionários de todos os tempos e naipes, uma vez no poder, impõem o obscurantismo, o terrorismo cultural, a decadência moral, a padronização rasteira dos gostos etc. Numa vida cultural intensa, no sentido progressista, a livre circulação das idéias constitui um poderoso estímulo ao avanço das forças sociais represadas pela reação.

A cultura merece lugar destacado também por ser a expressão mais nítida da civilização, da nacionalidade, da identidade do povo e o veículo pelo qual este se sedimenta, sobretudo no que respeita aos usos, costumes e à língua.

Na vida cultural, mormente nas manifestações artísticas, é visível o confronto entre o novo e o velho. As idéias caducas, ultrapassadas, exercem influência negativa sobre o corpo social, atuando muitas vezes como freio às mudanças, como escudo das classes reacionárias em sua desesperada luta para manter privilégios e posições de mando. Sob a influência das idéias retrógradas, aí incluídas as que são veículadas artisticamente, as massas populares ficam entorpecidas, politicamente enfraquecidas e ideologicamente aprisionadas.

Hoje no Brasil é indisfarçável a defesa de valores ultrapassados, a decadência do conteúdo e da forma, o enredamento na teia de suas próprias contradições. A tônica das idéias burguesas, a marca de sua cultura, são a liberdade de tudo comerciar, até o corpo, a malandragem, o racismo, o machismo, o cosmopolitismo, o vezo antidemocrático e os velhos preconceitos antisocialistas.

Mas em toda a parte, em cada manifestação cultural, medra e em muitos casos se impõe a cultura progressista, as idéias avançadas, os anseios libertários, a aversão às injustiças, à opressão, às ditaduras, ao armamentismo, ao racismo e a outros males de nosso tempo. São incontáveis as obras de arte em nossa literatura, na música, nas artes plásticas, no cinema, no teatro que assinalam o avanço das idéias progressistas. Na música, mesmo no chamado rock aclimatado, não raro expressão de passageiros modismos, refletem-se em algumas das letras e no frenesi dos acentuados acordes, as inquietações da juventude e seu irrefreável desejo de conquistar um mundo melhor. Também no Carnaval, que a indústria do turismo, da moda e da pornografia tenta descaracterizar, assistimos o magnífico espetáculo coreográfico de algumas escolas, ao canto sonoro dos sambistas de exaltação à democracia e condenação ao imperialismo e à ditadura.

Na esfera cultural o Brasil é duas vezes estigmatizado: *atrasado* e *colonizado*.

Não há negar o brilhantismo de nossas artes e o talento de nossos artistas. A premiação de nossos artistas em concursos e festivais internacionais, a tradução de nossos autores em quase todos os idiomas e tantos outros êxitos revelam que no país e no seio do povo há um incessante pulsar de vida cultural, um rico potencial de criação e expressão artística.

Mas o povo, em geral, vive ainda em estado de indigência dos mínimos conhecimentos e conquistas da civilização, fruto da miséria social, particularmente da acentuada precariedade na formação escolar básica. Mesmo o domínio da língua pátria é comprometido. Para o escritor, filólogo e enciclopedista Antônio Houaiss, 30% da população sobrevive imersa na cultura ágrafa "e não domina o vocabulário mínimo para entender um programa de Sílvio Santos" (depoimento ao jornal "LEIA" nº 77).

Assim, o problema cultural número um do Brasil é fundamentalmente educacional. Não irá muito longe uma política cultural se o novo Brasil não enfrentar com sucesso o problema da formação escolar básica da população. Isto não se dará pela reedição de meros planos de alfabetização, mas através da implantação e enraizamento do ensino básico e da manutenção da frequência em níveis elevados.

Os moradores da região organizaram um Museu de Canudos

Outro importante passo a ser dado é o incentivo e a garantia, por parte do Estado, ao acesso democrático da sociedade à criação cultural e artística. Poderia ser adotada, por exemplo, uma política de fomento à mobilização cultural da população, tendo como veículos casas de culturas e centros de cultura a serem implantados a partir da mais pequena divisão territorial. Por esta via o Brasil poderá democratizar a cultura.

Isto representará uma inversão na ação política e administrativa dos órgãos e empresas do Estado e no setor cultural. Até agora eles têm sido financiadores de uma indústria cultural aparatosa, cujo gigantismo se baseia no monopólio dos meios de comunicação e num mercado consumidor cada vez mais elitizado e concentrado no eixo Rio-São Paulo.

Hoje, a vida cultural, as modas, os sucessos aparecem e desaparecem a partir dos meios de comunicação, sobretudo a TV. Tendo em suas mãos este monopólio, as classes dominantes controlam política e ideologicamente o país, decidem a seu talante o que deve ou não ser difundido, impõem gostos, padrões estéticos e de comportamento, fabricam "ídolos", sucessos etc. A era da TV monopolizada é a do moderno "pão e circo".

Este monopólio está umbilicalmente ligado com a colonização cultural do Brasil e a invasão do país pela cultura estrangeira alienante. Não se trata, ao criticar este fenômeno, de adotar uma postura xenófoba e negar tudo o que é estrangeiro. Afinal, há um patrimônio cultural da humanidade, rico, perene, progressista que precisa ser conhecido e assimilado por nosso povo. Para isso será sempre útil que os poderes públicos estimulem o intercâmbio cultural com outras nações, favorecendo não só a difusão em nosso país da cultura de outros povos como também a divulgação dos nossos valores culturais em terras estrangeiras.

Numa sociedade progressista a cultura tem prioridade

Mas se a cultura não tem fronteiras e não tolera o nacionalismo estreito, não admite também a agressão chauvinista das nações imperialistas. Hoje predomina o cosmopolitismo, a penetração e a imposição de valores artificiais, que nada têm a ver com as raízes nacionais, nem com a psicologia de nosso povo. Em todas as modalidades das artes, mas sobretudo na música, no cinema e na televisão há uma presença quase absoluta da cultura enlatada, sem vida, sem arte, sem viço. Tudo se procura padronizar. Tudo soa falso. O imperialismo exporta seus estereótipos em volumosos pacotes. Modas, gírias, hábitos alimentares e até o modo de vida dissoluto da burguesia decadente vêm na esteira desse colonialismo cultural. E de modo grotesco invadem não só as feéricas galerias e avenidas das metrópoles, mas também a favela e o mais prosaico povoado do interior.

Na base disto encontra-se a dependência econômica do país e o monopólio das gravadoras, estações de rádios e TVs em mãos de estrangeiros ou de grupos da grande burguesia brasileira a eles associados.

O Brasil, país continental, multirracial e policultural, onde em cada região afloram manifestações culturais e artísticas peculiares, tem todas as condições de resistir a essa tentativa de apagar sua identidade. Uma política cultural nova deve proteger as manifestações artísticas genuinamente nacionais. A grotesca deformação dos comportamentos de nossa juventude e de nosso povo compromete o futuro do país como nação soberana. Nesse particular, deve-se dar atenção redobrada ao estímulo às manifestações culturais de origem negra e índia, diretamente vinculadas com nossas mais remotas raízes.

As manifestações culturais não podem se desenvolver em clima de censura e repressão. Somente a liberdade ampla e irrestrita pode assegurar o pleno desenvolvimento da consciência e propiciar o amadurecimento cultural do povo, sua afirmação e sedimentação no processo histórico.

Na fase mais repressiva da ditadura militar, um documento do MEC proclamava que a preservação da cultura e da identidade nacionais era assunto de segurança nacional. Como todo regime fascista, a ditadura dos generais tentava, por essa época, aliás com fracasso, cooptar intelectuais, e investia bilhões numa falsa pregação nacionalista e ufanista. Mas ao mesmo tempo silenciava o povo e, através o mais obscuro regime de censura, tentou calar nossos poetas, cantores, dramaturgos, atores, escritores e cineastas. Somente do período em que vigorou o Ato Institucional nº 5, ficou o triste saldo de 500 filmes 450 peças interditados, 200 livros proibidos, mais de 1.000 letras de músicas censuradas e 292 músicas vetadas ("Retrato do Brasil", nº 12).

A nova Constituinte tem por missão precípua extinguir para sempre a censura, impedir qualquer interferência do Estado no ato da criação e impedir que uma nova política cultural se transforme em meio de coontação de intelecutuais e artistas pelas classes conservadoras para fins de propaganda política e ideológica. Sem liberdade, as energias criadoras do povo e dos artistas, sua consciência e inventividade se estiolam.

Um povo sem memória é um povo que, embora tendo história, está privado de nela colher as lições do passado e, portanto, de descortinar o futuro.

As nossas classes dominantes, seguindo a tradição da Coroa portuguesa, sempre se empenharam em apagar a memória histórica do povo. Quando se trata de exaltar suas datas fugazes e seus falsos heróis, os burgueses e latifundiários brasileiros reescrevem a história e incutem nas novas gerações as suas versões sobre o passado. Mas se a questão é resgastar o verdadeiro passado da nacionalidade, a trajetória de seu principal personagem - o povo - e seus feitos e lutas, então prevalece a tradição de tudo destruir, incinerar e salgar a terra. Rui Barbosa ordenou, em 1890, quando era titular do Ministério da Fazenda, a queima dos documentos referentes ao período da escravidão negra no Brasil. Em Canudos se destruiu até o últtmo barraco, nada ficando como vestígio da desigual luta. O mesmo se diga dos alfaiates baianos, dos cabanos, dos marinheiros da Revolta da Chibata e de tantos outros episódios em que se revelou o heroísmo popular. No Araguaia a selvageria chegou ao paroxismo, com a destruição de roçados e o derrube de árvores plantadas pelos guerrilheiros.

Resgatar a trajetória de lutas dos brasileiros

Uma nova política cultural para o novo Brasil que desperta deve resgatar a memória nacional. E não basta, nesse terreno, restringir-se a uns quantos tombamentos promovidos aleatória e burocraticamente. Há que proceder à verdadeira reconstrução do passado de lutas do povo, promover um levantamento de dados tão minucioso e completo quanto possível e recuperar os locais e ambientes que serviram à causa dos combatentes populares.

As idéias sobre uma nova política cultural, insisto, precisam ser mais e melhor debatidas. Nos setores de vanguarda do proletariado, entre os defensores do socialismo científico, esta questão também deve ir ganhando mais espaço. A consciência do nosso povo vai avançando e isto é um fator que permite crer na possibilidade de um país politicamente novo e com bastante dinamismo e riqueza na vida cultural.

(José Reinaldo Carvalho)

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Foto: Edson Ferrari

Quito (de mãos cruzadas) saiu vitorioso na dura batalha pela eleição

Apesar da CPT posseiros votam em Xinguara

Xinguara, talvez a área do Brasil onde a luta pela terra é mais acirrada, elegeu pela primeira vez, domingo, dia 14, a diretoria do seu Sindicato de Trabalhadores Rurais. Foi também a primeira eleição no Sul do Pará em que a estrutura da Igreja e a CPT tentavam controlar sozinhos o sindicato - mas receberam apenas 17 votos, contra 313.

Segundo dados do Mirad, Xinguara foi o município brasileiro onde houve mais conflitos de terras em 85, e também mais mortes nesta luta, num total de 34, de ambos os lados. O município, imenso, tem duas partes: a do Xinguara propriamente dita e da estrada e, 240 km mais além (!), a de São Geraldo, onde desenvolveu-se a guerrilha do Araguaia, em 1972-75, e onde atuavam os padres franceses Camio e Joriou, expulsos pelo general Figueiredo num episódio tristemente célebre.

Por longos anos os posseiros, comunistas e setores da Igreja trabalharam juntos, em frente, na oposição ao pelego Bertoldo, posto no sindicato do Conceição do Araguia pelo Exército. Em 1982, o município de Xinguara emancipou-se do de Conceição e os lavradores dali formaram seu sindicato, tendo à frente Crispim Manoel Santana, o *Quito*. A Polícia Federal, por sua vez, formou também um STR, teleguiado, em Xinguara.

Durante três anos houve uma discussão junto ao Ministério do Trabalho para ver qual dos dois teria direito à carta sindical. Por fim, há quatro meses, a carta saiu para o sindicato verdadeiro, e começou o processo das eleições. Foi quando a CPT local resolveu incentivar uma chapa de oposição, em fazer segredo de sua insatisfação com a presença de comunistas no sindicato.

O ESFORÇO DOS "CONTRA"

Formaram-se assim duas chapas: a 1, encabeçada por *Quito*, que não é do PC do B mas com apoio dos lavradores comunistas; e a 2, fomentada pela CPT. Desde o começo, porém, a Chapa 2 percebeu que não tinha chances reais, principalmente por sua debilidade na área de São Geraldo, onde se encontra o grosso dos eleitores. Elementos da Igreja detonaram então uma campanha maciça contra o voto. O objetivo era não dar quorum aos três escrutíneos, para anular a eleição e ganhar tempo.

Não foram poupados recursos. No primeiro escrutíneo, havia nada menos que dez Toyotas, com padres, feiras e agentes pastorais. Os trabalhadores rurais, maliciosamente, passaram a chamá-los de "os contra". Foram trazidos também advogados de Goiás para tentar impedir a eleição. E, de fato, o primeiro escrutíneo (em que a lei exige participação de dois terços do eleitorado) não alcançou o quorum.

No segundo escrutíneo porém já bastava a metada do 684 sócios habilitados a votar no jovem sindicato. E a Chapa 1 partiu para ele com confiança de que venceria o boicote dos "contra".

Na verdade a vitória foi apertada: houve 343 votos, extamente um a mais que o quorum mínimo. As estradas difíceis impediram, por exemplo que 50 lavradores do Limão chegasem à urna mais próxima, distante 32 km do povoado. Durante a campanha, os "contra" haviam sido corridos do povoado. De qualquer forma, com o quorum alcançado, mesmo a duras penas, e o resultado esmagador das urnas, tornou-se desnecessário um terceiro escrutíneo (em que bastariam 40% dos eleitores habilitados).

O resultado teve forte repercussão nos meios sindicais e políticos paraenses, que passam agora a colocar em dúvida a propalada influência absoluta da estrutura eclesial entre os posseiros do Sul do Pará.

Centreville desapropriada, vitória da unidade do povo

Depois de muita luta, os moradores do Conjunto Centreville, no ABC paulista, comemoraram no último dia 13 uma grande vitória: em ato público, com a presença de mais de 2 mil pessoas, o governador Franco Montoro efetivou a desapropriação para fins sociais da área e das casas ocupadas por cerca de 600 famílias.

O fato, como afirmaram em seus discursos o próprio governador e seu vice, o candidato do PMDB ao governo estadual Orestes Quércia, constitui antes de tudo uma grande vitória da unidade do povo. Ou, como disse o químico Antônio Aparecido Ribeiro, 31 anos, um dos primeiros ocupantes do conjunto: "Este resultado deve-se à luta de todo o mundo. Foi a unidade e a força de todos os moradores que garantiu isto".

Foto: Alfton S. Leite

As crianças comemoram a desapropriação, antes de tudo uma vitória do povo

MUITA LUTA

A partir da desapropriação, os moradores, que até hoje conviveram com o fantasma do despejo, deverão adquirir o direito sobre as residências ocupadas. "Não de graça", como acentuou o presidente da Associação dos Moradores do Centreville e candidato à Constituinte, pelo PC do B, Adonis Bernardes. "Porque nunca quisemos nada de graça", acentua. "Agora teremos nossos carnês e pagaremos pela residência, restituiremos aos cofres públicos o dinheiro que será gasto com a desapropriação".

O Conjunto Residencial Centreville foi financiado pela Caixa Econômica Estadual e compreende 564 casas (309 semi-acabadas) construídas em 1976 pela empresa Novaurbe (mais tarde falida, em decorrência sobretudo de irregularidades e corrupção de toda sorte). O projeto era vendê-las a camadas da pequena burguesia.

Por interesses não confessados da própria construtora, as residências (em geral com três quartos) ficaram completamente abandonadas durante seis anos. Conforme João Batista Rocha Lemos, do Diretório Nacional do PC do B, também um dos fundadores e ex-presidente da Associação dos Moradores do Centreville, em 1982 foi organizada, pelas associações amigos de bairros de Vilas Unidas e Vila Guaraciaba, a primeira ocupação. "Na época, vivia-se a recessão e diversos trabalhadores estavam desempregados, o problema com residência e aluguel era muito grande", recorda. "Em 16 de julho nós ocupamos as casas semi-acabadas".

"Já então foi necessária muita luta" - acentua. "Eu e outros companheiros que estavam à frente dos moradores fomos presos e levados inclusive para a Polícia Federal. A ocupação, contudo foi feita e em fevereiro de 1983 ocorreu a segunda, feita principalmente por trabalhadores químicos da Glasurite".

Batista ressalta que "desde então a ameaça de despejo foi permanente, mas soubemos planejar bem a luta. Internamente, os moradores foram organizados por quarteirões, cada um deles (são 40) com um representante e formando, no conjunto, o Conselho da União dos Moradores. Não se contava, no local, com água nem luz. Os moradores ligaram a água por conta própria e a iluminação interna veio no terceiro mês. A pública só foi conquistada agora, um dia antes da desapropriação".

Acentua ainda que, ao lado da disposição e da unidade do povo, valeu muito para a vitória dos moradores o espírito amplo com que a luta foi conduzida: "Contamos com o apoio de todos os setores democráticos e populares da sociedade, seja do PT, do PMDB, do governador Montoro, da Igreja etc., pois sempre tivemos consciência de que não seria possível vencermos sozinhos".

Primeiras mudanças em Serra Pelada

O maior garimpo manual do Brasil, em Serra Pelada, tem hoje 60 mil garimpeiros, procedentes de todo o país, em especial de Goiás e Maranhão, e já produziu 40 toneladas de ouro. É um mundo à parte, no município de Marabá, no sul do Pará. Mesmo neste grotão isolado as mudanças começam a surgir. O PC do B já tem lá um Diretório Distrital. E o major Curió, que já foi um imperador do garimpo, chega ao fim de sua "carreira".

Na realidade, Serra Pelada é uma gigantesca favela, construída em madeira, onde falta tudo que é indispensável a uma comunidade. Falta escola, posto de saúde, saneamento, segurança no trabalho. É um cenário que se choca agressivamente com a riqueza retirada de seu subsolo. A presença do poder público se faz sentir através da agência da Caixa Econômica, da Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Estadual. Reaberta a Serra aos garimpeiros em agosto, o cenário se altera em apenas um aspecto: é que as famílias dos garimpeiros já podem morar lá e as mulheres e crianças são vistas andando pelas ruas ou nos barracos. O lazer se limita a um cinema que invariavelmente exibe filmes pornográficos de péssima qualidade, uma pequena quadra de futebol e um circo onde recentemente se apresentou Elke Maravilha.

A administração do garimpo se dá através de uma cooperativa criada à imagem e semelhança do sinistro major-deputado Curió que, segundo depoimentos de diversos garimpeiros, cobra percentagem na produção do ouro de mais de cem barracos. A Coogar, dirigida entre outros pelo mal-afamado *dr. Bonifácio*, um dos asseclas do major Curió na repressão à Guerrilha do Araguaia, na verdade é um antro de corrupção e exploração dos garimpeiros. O ingresso ou saída do garimpo só é possível a quem possuir uma autorização por escrita da Coogar, ou seja, José Bonifácio de Carvalho.

FALCATRUAS

Das inúmeras denúncias de arbitrariedades e falcatruas praticadas pela cooperativa contra os garimpeiros, duas se destacam: querem que cada garimpeiro pague uma taxa de Cz$ 4.500 alegando que é para cobrir o investimento feito na compra e instalação de computadores. Só que a Coogar não gastou nada, pois os computadores foram doados e instalados pelo Governo Estadual do Pará, por decisão do governador Jader Barbalho. A outra se refere à chamada obra de rebaixamento da cava aurífera entregue sem qualquer concorrência à Construtora Brasil, que, por coincidência, segundo os garimpeiros, é de "amigos do Curió". No caso do rebaixamento, a cooperativa não quis nem examinar a proposta da Construtora Barroso Ribeiro que pretendia retirar 2 milhões de metros cúbicos de terra, num prazo bem menor e por preço inferior ao que foi pago à Construtora Brasil. Como se não bastasse, os garimpeiros são obrigados a comprar a madeira que necessitam na serraria do grileiro *Pernambuco*. Se o garimpeiro chegar à Serra levando madeira de outra localidade qualquer, a madeira é apreendida.

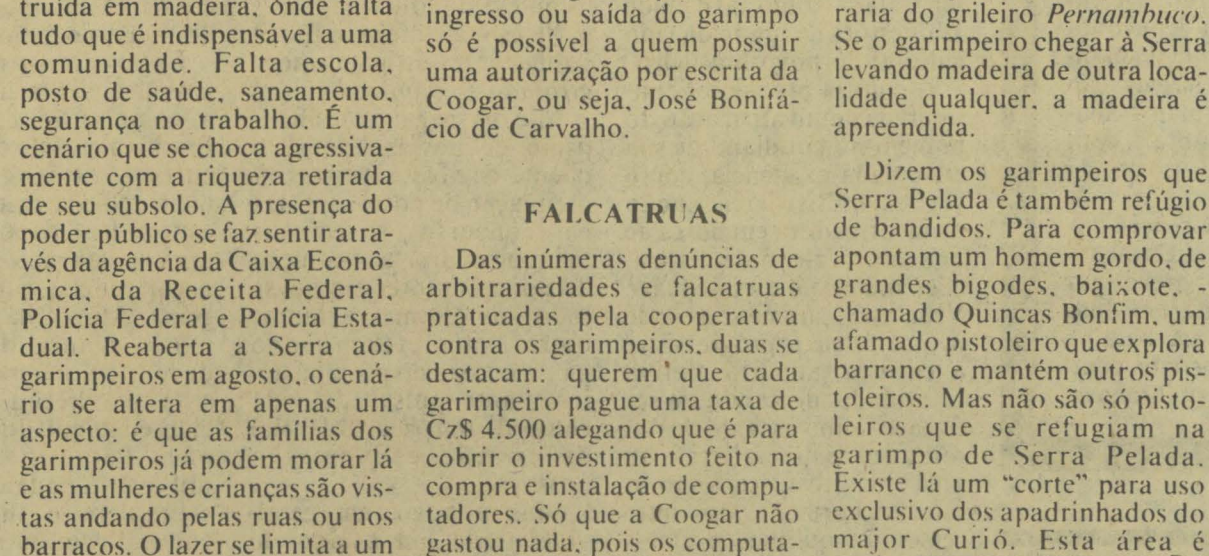
Dizem os garimpeiros que Serra Pelada é também refúgio de bandidos. Para comprovar apontam um homem gordo, de grandes bigodes, baixote, - chamado Quincas Bonfim, um afamado pistoleiro que explora barranco e mantém outros pistoleiros. Mas não são só pistoleiros que se refugiam na garimpo de Serra Pelada. Existe lá um "corte" para uso exclusivo dos apadrinhados do major Curió. Esta área é conhecida como OP3 por que é destinada com exclusividade aos que participaram da repressão à resistência guerrilheira do Araguaia, e dizem ser mais rica em ouro.

SINAIS DE MUDANÇA

Mas os ventos democratizantes começam a soprar na Serra Pelada. Este ano, o Ministério do Trabalho reconheceu o Sindicato dos Garimpeiros de Marabá, que já está com uma sede instalada no garimpo. Seu presidente, Fernando Marcolino Guimarães, um garimpeiro muito dinâmico, já está organizando a luta para ter uma escola digna para as crianças, pois a Coogar quer que as crianças frequentem um galpão pior que uma estrebaria. O sindicato está providenciando o funcionamento de um hospital com capacidade de atender aos casos de malária, que são muito comuns, realizar serviços de urgência, como pequenas cirurgias, partos e socorro. E para início já botou em funcionamento duas ambulâncias, além de pretender um periódico para os garimpeiros, já que lá não chega imprensa regular.

No dia 23 de agosto, no cinema do garimpo, foi realizada uma reunião com mais de uma centena de garimpeiros. Era a primeira vez que o Partido Comunista do Brasil era apresentado aos garimpeiros na Serra Pelada. Neuton Miranda, presidente do Diretório Regional do PC do B no Pará e candidato a deputado estadual, apresentou as teses que o partido defenderá na Assembléia Nacional Constituinte e explicou que no Pará o PC do B apóia e trabalha pela eleição do atual deputado estadual Paulo Fonteles à Câmara Federal. Diversos garimpeiros falaram dando sugestões e demonstrando entusiasmo. Foi articulada a instalação de um comitê eleitoral de Paulo Fonteles e Neuton Miranda no garimpo, numa casa cedida por um garimpeiro. E ficou acertado que o Diretório Municipal do PC do B em Marabá instalará em Serra Pelada um diretório distrital. Na opinião da massa e de setores da política local, a "carreira" política de Curió chega ao fim e dificilmente ele conseguirá votos para continuar deputado.

(Arthur de Paula)



No meio de tanto ouro os garimpeiros trabalham em pessimas condições

Reforma agrária fica atrasada em Prado, Bahia

A empresa Bravanda, associada a multinacionais, foi favorecida pela decisão da Comissão Agrária que, por quatro votos contra três, não aprovou de imediato a desapropriação da Fazenda Curuxatiba, no município de Prado, na Bahia. A denúncia é do secretário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Wilson Furtado, integrante da Comissão, que se reuniu no último dia 10 para apreciar a questão. Estas comissões foram formadas em todo o país pelo Plano Nacional de Reforma Agrária.

Wilson Furtado protestou contra o artifício utilizado pelo relator do processo, o vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado da Bahia, Nivaldo Fernandes, que apresentou, na última hora, um projeto da Bravanda para a exploração da Fazenda, com execução prevista para 1987, apesar de há 11 anos a empresa nada ter feito na área de 4 mil hectares.

Os votos contrários à desapropriação foram dos representantes dos proprietários de terra e do governo. Os votos favoráveis foram dos três representantes da Fetag. Na próxima reunião, segundo Wilson, é possível modificar esta decisão contrária ao povo.

(da sucursal)

Mestrinho expulsa moradores em Manaus

Sem consultar as associações de moradores, o Instituto dos Arquitetos ou quaisquer outras entidades envolvidas com a problemática da moradia e urbanização, o governo Gilberto Mestrinho deu início à construção do projeto Manaus Moderna. Através do decreto-lei 9.688, desapropriará cerca de 4 mil residências localizadas nas margens dos igarapés dos bairros de São Francisco, Cachoeirinha, Raiz, Crespo, Morro da Liberdade, Santa Luzia, Betânia, Educandos e Centro.

A fórmula que o governo arranhou para transferir esta imensa massa de moradores foi a construção dos chamados "gilbertões", barracões contendo apartamentos com dois quartos, sala, cozinha e banheiro bem estreitos - "onde não cabe nem um dos meus guarda-roupas", reclama a comerciante Creuza Prado que, como centenas de outras pessoas que possuem casas de alvenaria feitas com anos de trabalho, não sabe se será indenizada quando sua propriedade for demolida. **(da sucursal)**

CDM Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

VASP recua e retoma o diálogo com grevistas

A greve dos 917 comissários de bordo da VASP (Viação Aérea de São Paulo), iniciada no último dia 13, pode ter um desfecho negociado ainda nesta semana. Ao encerrarmos esta edição, a direção da empresa se reunia com os funcionários e a diretoria do Sindicato Nacional dos Aeronautas para discutir as reivindicações que motivaram a paralisação.

Os comissários de bordo da VASP - empresa responsável por 39% dos vôos nacionais - reivindicam aumento de 34% sobre o salário-base atual; estruturação do quadro de carreira; ajustamento na hora de vôo; adicional de periculosidade de 30%; e mais 16 dias de férias adicionais. Mas desde o início do movimento, a direção da VASP adotou uma postura arrogante diante das reivindicações dos trabalhadores.

Num primeiro momento, a empresa não acreditou na capacidade de luta dos comissários, apostou que a greve seria um fiasco. Depois teve que reconhecer que a paralisação foi um sucesso e endureceu no trato aos grevistas. Antônio Angarita, presidente da empresa, confessou que "a VASP parou completamente, com excessão do transporte de cargas" para justificar as medidas repressivas contra os grevistas. Cerca de 40 trabalhadores foram demitidos após o ministro do Trabalho ter sugerido a aplicação da arbitrária legislação anti-greve para os "serviços essenciais".

A conduta truculenta da empresa não intimidou os comissários. "Muito pelo contrário. Aumentou a disposição de luta dos funcionários", garante Renato Vellego, diretor da VASP eleito pelos trabalhadores. A paralisação também obteve a solidariedade do conjunto dos trabalhadores da empresa, inclusive dos pilotos e dos 47 comissários do setor administrativo. Estes últimos chegaram a colocar seus cargos à disposição em apoio aos grevistas. Renato Vellego também divulgou um manifesto criticando a empresa, que sequer o consultou, como diretor representante, sobre as injustas represálias aos comissários de bordo.

TRÉGUA

Diante da coesão dos funcionários e dos prejuízos causados pela paralisação (cerca de Cz$ 8 milhões por dia), a direção da VASP teve que recuar na sua intransigência. Primeiro suspendeu as demissões já anunciadas - que eram de mais de 100 funcionários. Também parou de contratar novos comissários, inclusive porque com a adesão do pessoal do setor administrativo não haveria como prepará-los para o vôo.

Por último, reconheceu na prática a justeza do movimento grevista e convocou os funcionários para iniciar as negociações salariais. Na última assembléia dos comissários de bordo, na tarde de quarta-feira, dia 17, estes aprovaram a participação no diálogo com a empresa, mas decidiram se manterem mobilizados para garantir o êxito das negociações.

Foto: Homero Sérgio

Nenhum avião decolou com a greve dos comissários

Leia e Assine
Tribuna Operária

Fotos: Allton S. Leite

Cerca de 40 mil professores mostram seus *holleriths* na assembléia na Praça da Sé

Cresce greve do magistério paulista em todas as regiões

Os professores paulistas da rede estadual de ensino deram um exemplo de pujança na sua mobilização, paralisando 70% da categoria e realizando encontros massivos. Na assembléia do dia 17 cerca de 40 mil pessoas exigiram o piso de cinco salários-mínimos. Diante deste ímpeto do magistério o governo concordou em reabrir as negociações.

A Praça da Sé estava lotada. Cerca de 40 mil mãos levantadas seguravam os *holleriths* e gritavam: "É miserith", referindo-se aos baixos salários que recebem. Nesse clima ninguém votou contra o prosseguimento da paralisação que já atingia 70% dos 180 mil professores, segundo levantamento feito pelo comando de greve.

A adesão à greve surpreendeu até mesmo seus organizadores, pois o magistério entrou dividido nesta luta. O descontentamento por causa dos baixos salários criou um caldo de cultura favorável. "Eu pensava que o movimento fosse diminuir, mas ele está aumentando. Isto é porque estamos lutando por uma causa justa", comentava um professor de Barueri presente à assembléia do dia 17. A professora Raquel Guisoni, do comando de greve e candidata a deputada estadual pelo PC do B, também tinha opinião semelhante. "Se o governo esperava que o movimento decaísse, ele se enganou", diz ela. E acrescenta: "Essa abertura de negociações deu um ânimo novo aos professores e dá prá sentir que a greve deve aumentar".

MOBILIZAÇÃO CRESCE

Os professores têm obtido importantes vitórias com suas mobilizações de massa. Seu objetivo principal no momento é a conquista de um piso de cinco salários-mínimos, valor igual ao recebido por eles em 1978, antes da posse do governador Paulo Maluf. Durante seu governo, Maluf fez um reenquadramento salarial onde os professores foram tremendamente prejudicados. Montoro se comprometeu a repor as perdas, mas atendeu apenas parcialmente esta reivindicação. A última proposta do governo - um aumento de 40,7% para professores e 55% para os diretores, em duas etapas, em setembro e dezembro - foi dada depois de uma manifestação com 40 mil docentes em frente ao Palácio dos Bandeirantes.

Essa concessão não satisfez a maioria do magistério. Rubens Aparecido dos Santos, profesor de Geografia no município de Embu, acha que "o governo manipula com os dados. Ele colcoa que já deu 40%, mas só em fevereiro é que nós vamos ter este aumento. Acredito que o governo tem verba, pois ele paga Cz$ 14 mil para um delegado sair atirando em pobre na periferia". Raquel Guisoni esclarece: "Se de fato o governo não tem condições, ele deveria ter apresentado o seu orçamento, o que não fez".

O candidato do PDS, Paulo Maluf, com seu oportunismo costumeiro, afirmou na TV que se eleito governador atenderia os professores e daria os cinco salários-mínimos de piso. Isto irritou os docentes que sentiram na pele os efeitos do malufismo. Para Rubens Aparecido dos Santos, "a afirmação do Maluf é coisa de fascista. Ela é hipócrita e mentirosa, pois ele foi um dos que mais prejudicaram os professores. Ele se aproveita do momento, usa desse argumento para enganar. Para enganar ele é perfeito. Mussolini fazia muito disso!"

Apesar da disposição de luta demonstrada pela categoria, a greve não conseguiu dobrar os banqueiros

Bancários lutam para garantir decisão do TRT

A apesar da greve nacional dos bancários ter sido suspensa, prossegue a mobilização da categoria em todo o país. Agora a luta salarial se dá tendo como base de negociação a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e, caso os banqueiros se recusem a assinar este acordo e a estendê-lo para o restante do país, nova greve poderá ser decretada.

Estas resoluções foram tomadas na reunião do comando unificado da campanha salarial, realizada no último dia 13 em São Paulo. Participaram do encontro representantes de cerca de 30 das 44 entidades sindicais que estiveram à frente da paralisação na semana passada. Nele foi feito um balanço parcial do movimento grevista, que na maioria dos Estados durou dois dias (11 e 12 de setembro), e definiu-se os novos rumos da batalha salarial da categoria - que no país inteiro congrega aproximadamente 800 mil trabalhadores.

Segundo avaliação do comando, a greve foi um sucesso em termos de mobilização em todo o Brasil, demonstrando a força da categoria. Apesar da feroz reação do governo, através da declaração do ministro Brossard e da presença ostensiva da polícia em vários Estados, a adesão à greve foi maciça. No primeiro dia de paralisação, quinta-feira, mais de 80% dos bancários não compareceram aos bancos.

Já na sexta-feira, dia 12, o índice de paralisação diminuiu. Em vários locais, como no Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba, as assembléias sindicais decidiram o retorno ao trabalho. Além disso, os funcionários do Banco do Brasil e de diversos bancos estatais também definiram assinar acordos em separado já na quinta-feira. Mesmo em alguns Estados que deliberaram prosseguir a greve, a adesão foi menor. No caso de São Paulo, o esvaziamento do movimento ficou patente na própria assembléia que terminou com a categoria e a diretoria sindical divididas.

DECISÃO DO TRT-SP

Diante desse quadro, o comando nacional propôs o retorno ao trabalho já na sexta-feira, mesmo sem a greve ter conquistado qualquer reivindicação dos trabalhadores. Na reunião de sábado, esta posição foi reforçada e a maioria dos sindicatos acatou a recomendação do comando - só no Rio Grande do Sul a paralisação se estendeu até segunda-feira, dia 15.

A posição da direção nacional da campanha é de pressionar os banqueiros para que retomem as negociações e não entrem com recurso na Justiça Federal para anular a sentença do TRT de São Paulo. Ela também coloca como patamar mínimo de negociações com a Fenaban (entidade patronal) a resolução do TRT paulista, que concedeu 5,8% de produtividade, mais o IPC integral do período (o que equivale a um aumento de 12,5% nos salários), e pisos de Cz$ 2 mil (portaria), Cz$ 2.500 (escriturários e tesouraria) e Cz$ 3 mil (chefia).

"PRECIPITAÇÃO DA CUT"

O comando fixou um prazo até 30 de setembro para que as negociações com os banqueiros cheguem a um bom termo. Caso isso não ocorra assembléias serão convocadas para discutir a realização de uma nova greve nacional no início de outubro. Esta teria como eixo o cumprimento e a extenção do acordo fixado pelo TRT-SP para o país inteiro.

Esta posição do comando nacional, no entanto, não conseguiu unificar todos os sindicatos de bancários. A entidade de São Paulo, que é dirigida pela central petista, já anunciou que o prazo dado à Fenaban é muito longo e convocou assembléia para o próximo dia 22 para deflagrar nova greve no dia seguinte.

Ederaldo de Oliveira, diretor do sindicato, discorda da postura dos cutistas. Para ele, "isso pode nos levar ao isolamento. Os banqueiros já demonstraram que têm força, que contam com fortes aliados no governo. A greve nacional não conseguiu dobrá-los. Uma precipitação agora pode levar à total derrota da nossa mobilização".

Previdenciários param em 16 Estados e sofrem pressões

A greve nacional dos funcionários da Previdência Social, iniciada no último dia 11, na sua primeira semana atingiu 16 Estados e o Distrito Federal. A posição intransigente do ministro Raphael Magalhães contribuiu para que não se chegasse a um acordo. Os grevistas estão sendo ameaçados de demissão e em vários locais a polícia impediu a ação de piquetes.

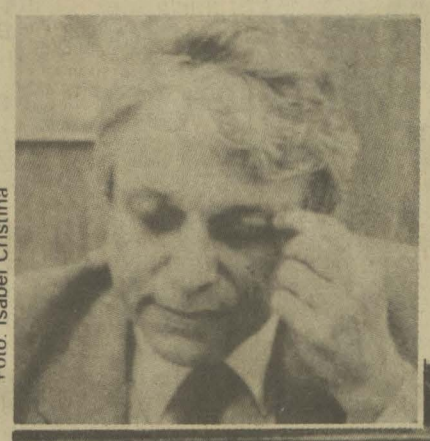


Foto: Isabel Cristina

Foto: Gil Passarelli

A greve deixa os postos vazios e irrita o ministro da Previdência

A previdência social é considerada pelo decreto-lei 1.632 atividade essencial. Portanto no setor são proibidas as greves. Os 230 mil funcionários da Previdência Social, no entanto, desconheceram esta regulamentação esdrúxula dos tempos da ditadura e paralisaram o trabalho exigindo, entre seus principais pontos de pauta, a extensão da gratificação de 80% para todos; oficialização das 30 horas semanais e aprovação de um novo Plano de Carreira Previdenciária (PCP).

O ministro da Previdência Social ameaçou punir os grevistas. As punições podem ir desde a advertência até a demissão por justa causa. Uma outra atitude polêmica do governo foi a autorização para que médicos e instituições privadas prestem atendimentos aos segurados. Para Mônica Nogueira, liderança dos previdenciários em São Paulo, "esta medida vai ser uma porta aberta às fraudes e à privatização da previdência. Essa resolução é ridícula!".

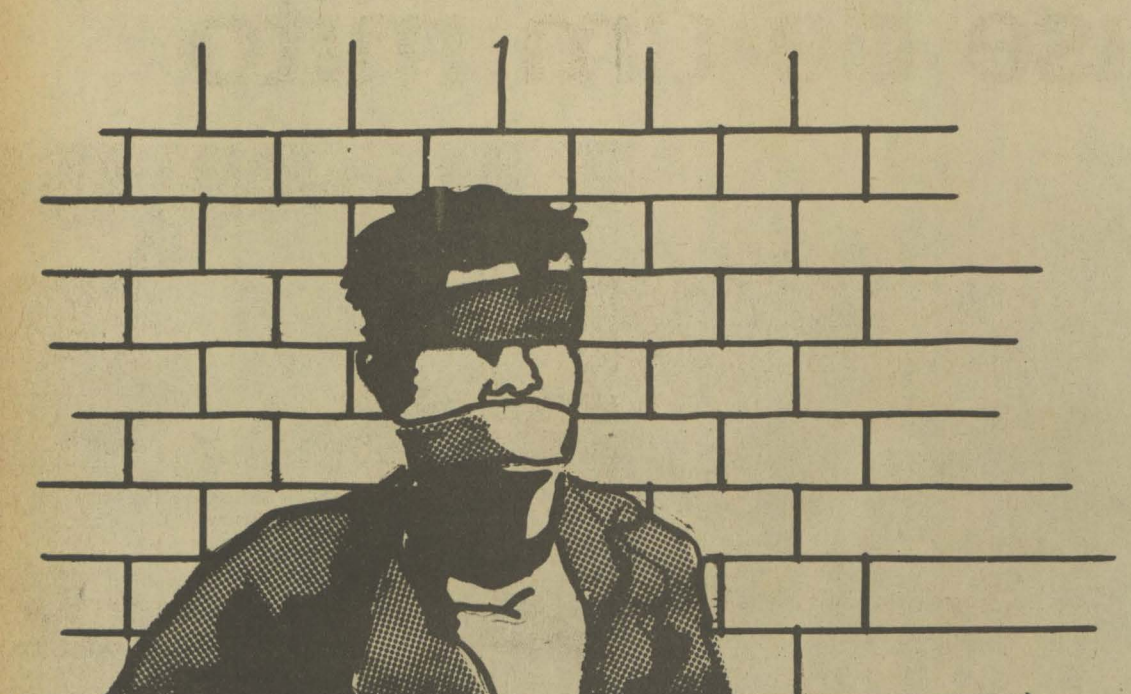
INTROMISSÃO DA PF

Em alguns Estados, como o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás, a greve atingiu maiores proporções. Em São Paulo durante a primeira semana o movimento paredista foi fraco, devido, principalmente, ao desgaste com a greve isolada da categoria em agosto e à divisão na direção da Associação dos Previdenciários, cujo presidente renunciou no momento em que começava a paralisação.

No Rio de Janeiro, onde trabalharam 75 mil previdenciários, foram denunciados casos de violência policial contra os grevistas. Em Nova Iguaçu, duas auxiliares de enfermagem foram detidas por agentes da Polícia Federal, armados de metralhadoras, quando conversavam com um paciente no Hospital da Posse. No Distrito Federal o diretor do hospital do Inamps foi destituído do cargo porque, em entrevista à imprensa, se solidarizou com os grevistas.

Os baixos salários dos previdenciários os empurram para a mobilização. A declaração de uma funcionária do PAM Várzea do Carmo, em São Paulo, o maior posto do Inamps no país, mostra como está a situação da categoria "Ou a gente entra neste movimento para quebar o pau, fazendo piquete, não deixando ninguém entrar, ou voltamos para casa e continuamos passando fome", diz ela.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Tortura nunca mais

O "Grupo Tortura Nunca Mais" do Rio de Janeiro decidiu responder à nota oficial do Exército, assinada pelo general Carlos Oliveira Guimarães, que tenta livrar de antemão a cara dos assassinos de farda envolvidos no assassinato do ex-deputado Rubens Paiva.

Interpretando a lei a seu modo os generais afirmam que os torturadores de Rubens Paiva estão livres de qualquer ação penal, a pretexto da lei de anistia de 1979.

Em outras palavras, os generais querem sair impunes, já que, segundo sua nota, os opositores do regime militar não passavam de "assassinos, sequestradores e assaltantes que, hoje, livres, escrevem a seu modo a história". O coronel de reserva e membro do SNI Sebastião Currió, aliás responsável pela tortura e assassinato de oposicionistas durante a guerrilha do Araguaia, ainda fez ameaças, dizendo que "reabrir as feridas é um perigo muito grande".

O grupo enviou cópias de sua resposta para a grande imprensa. Nenhum jornal tomou conhecimento dela. Só publicou como matéria paga. A **Tribuna Operária** decidiu publicar a nota em apoio à luta pelo esclarecimento dos crimes políticos contra os opositores do regime militar e pela punição dos responsáveis.

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ considera indispensável tercer os seguintes comentários a respeito da Nota Oficial do Exército, assinada pelo General Carlos Olavo Guimarães, Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército e publicada nos jornais do dia 5 deste mês:

1 — Qualquer lei de anistia só pode se aplicar sobre crimes bem caracterizados e autores conhecidos, identificados e julgados. Não se pode anistiar por pressuposição de existência de crime.

2 — A existência de tortura nos quartéis e demais aparelhos de repressão do Estado, a responsabilidade por mortes e desaparecimentos de pessoas, nunca foram assumidas pelas Forças Armadas e demais Órgãos de Segurança, apesar de que inúmeras vezes elementos dessas corporações tenham sido identificados e reconhecidos como responsáveis por tais atos e fatos. Como, então, cobrí-los com o "manto do esquecimento" a que se refere a Nota Oficial do Exército?

3 — A pacificação da família nacional a que se refere, ainda, a Nota Oficial do Exército não pode realizar-se sobre escamoteações e encobrimentos. Tal atitude seria mais de conivência do que uma decisão lúcida e responsável.

4 — O não esclarecimento do que houve dentro dos Quartéis e demais Órgãos de Segurança acaba por comprometer as Forças Armadas e esses Órgãos como um todo. Ocultar os fatos escabrosos ocorridos nos porões de repressão e defender, a priori, os responsáveis pelos mesmos, mantendo-os em cargos e funções de relevo no atual governo, não parece a melhor forma de merecer a credibilidade na Nação. Os estupradores, torturadores e assassinos militares devem ser assinalados e seus crimes julgados. Até para que possam ser anistiados.

5 — Não foram apenas os executores diretos os responsáveis pelos excessos cometidos. Todo o Poder se comprometeu como mandante, conivente ou indiferente ao genocídio praticado pelas Forças ditas de Segurança.

6 — O que muito preocupa o Comandante do Exército, segundo a Nota, é a manutenção do status quo relativo às atribuições das Forças Armadas na Constituição. A assustadora Nota do Ministério do Exército diz que essas atribuições não devem ser modificadas e que a Comissão Afonso Arinos já foi "advertida" sobre isso. Para que, então, Constituinte e Constituições?

7 — Nos combates que, aquela época foram travados, entre o que a Nota chama de defensores da ordem e seus violadores, muitos tombaram limpa e corajosamente, de ambos os lados. Não são essas mortes e prisões que são cobradas. O que está sendo cobrado, pela Sociedade inteira, é o sórdido crime de tortura, de ocultação de cadáver, do tratamento vil, do mais covarde de todos os crimes porque só se faz sobre vítimas impotentes para qualquer reação. A tortura é crime inanistiável.

8 — Durante 20 anos as Forças de repressão escreveram a história "a seu gosto". Era a história dos vencedores. Diziam mortos em acidentes de trân to pessoas mortas em salas de tortura, davam por desaparecidas pessoas torturadas e depois incineradas dentro de automóveis, chamavam de defensores da ordem os que deram o golpe e retiraram do poder um presidente constitucionalmente empossado, consideravam atos de justiça a invasão de sindicatos e de lares, a prisão de pessoas sem mandado, o não acatamento de habeas corpus, etc, etc, etc. Hoje há outros autores da História. Não são apenas os porta-vozes oficiais da Ditadura que a continuam escrever. Apesar de que ainda há muitos personagens e acontecimentos sem autores. Os vencidos e oprimidos, os analfabetos e desdentados, os camponeses, os favelados, as crianças de rua, vivem em silêncio, não escrevem sua história: a têm contada pela boca de outro. Esses também precisam começar a escrever "a seu gosto", como fala a Nota do Exército, isto é, da perspectiva de sua experiência vivida: Porque só assim, quando todos esses atores foram autores, se estabelecerá a verdade e com ela, esperemos, a justiça.

Consideramos que, no momento, é uma medida mínima de dignidade e de redenção da memória nacional o esclarecimento do caso Rubem Paiva.

TORTURA NUNCA MAIS / RJ

Esta Nota só pôde ser publicada como matéria paga. A grande imprensa que a recebeu no sábado, dia 6/09, dela não tomou conhecimento. Colabore com o Grupo Tortura Nunca Mais depositando em nome do Grupo na conta BANERJ-RJ nº 044-00708/13 a sua contribuição, para que possamos continuar divulgando estas opiniões.

Altamira à mercê de criminosos

Altamira, cidade esquecida no Pará, está muito mal. A vida dos trabalhadores e das pessoas carentes, como somos chamados, está muito difícil. O crime é organizadíssimo e o povo está à mercê desses bandidos.

Quem matou a menina encontrada 27 dias depois de seu desaparecimento e que só foi reconhecida por seu pai pelo relógio que tinha no pulso?

Quem pôs na cabeça do povo que o carro novo que a delegada da Sunab, Dra. Terezinha, exibe pelas ruas da cidade foi dado pelos donos dos supermercados Eletrolar, Reilar e Alvorada? Aqui a lei só serve para os pequenos. Um colono teve suas laranjas tomadas e foi preso porque quis defender o tal do direito de propriedade. Mas o direito de propriedade do latifundiário o delegado respeita e faz respeitar.

Altamira exporta arroz, feijão, milho e carne para outras cidades e o povo precisa receber suplementação alimentar do governo federal! Quanto dá o ICM de 12 toneladas de cacau e pimenta do reino? Todo dia Altamira exporta duas dessas cargas.

Os trabalhadores não têm representantes. Quem nos defende é proibido de falar em nosso nome. Sobre Constituinte, nada. O prefeito, quando chega nas organizações do povo promete atacar o capital e depois manda derrubar as casas do povo.

É preciso mudar as leis do país para mudar esse quadro de horror cujos capítulos estão tintos de sangue de trabalhadores e da degenerescência de suas famílias.

É preciso que o povo se una contra o voto comprado. A irmã Mariete disse a uma equipe da Senec que fez pesquisa no bairro de Brasília que há assassinos com funções importantes na prefeitura. O povo precisa saber quem é...

O defensor público da cidade não foi nomeado pelo Estado e sim colocado no cargo por vereadores do setor malufista do PMDB, que vieram do PDS. Dizem até que este cidadão não é advogado.

A carne subiu de preço mas os salários estão congelados. Há um campo de concentração de trabalhos forçados na agrovila do KM 18 da estrada Altamira-Marabá. **(Tribuneiros do PC do B em Altamira - Pará)**

Neste número publicamos uma carta do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de janeiro. Não foi dirigida a nós. Mas a grande imprensa, em complô, só a publicou como matéria paga e escondida num cantinho de página. Achamos que a nota afeta todos os democratas e patriotas deste nosso imenso país. E decidimos publicá-la de graça, assim como publicamos todas as cartas do *Fala o Povo*.

Destacamos este material porque ele diz respeito a todo o povo, a todos os que desejam que a democracia realmente se fortaleça e se amplie no Brasil. E não queremos uma democracia com cadáveres insepultos. Queremos saber o paradeiro dos desaparecidos! *(Olívia Rangel)*

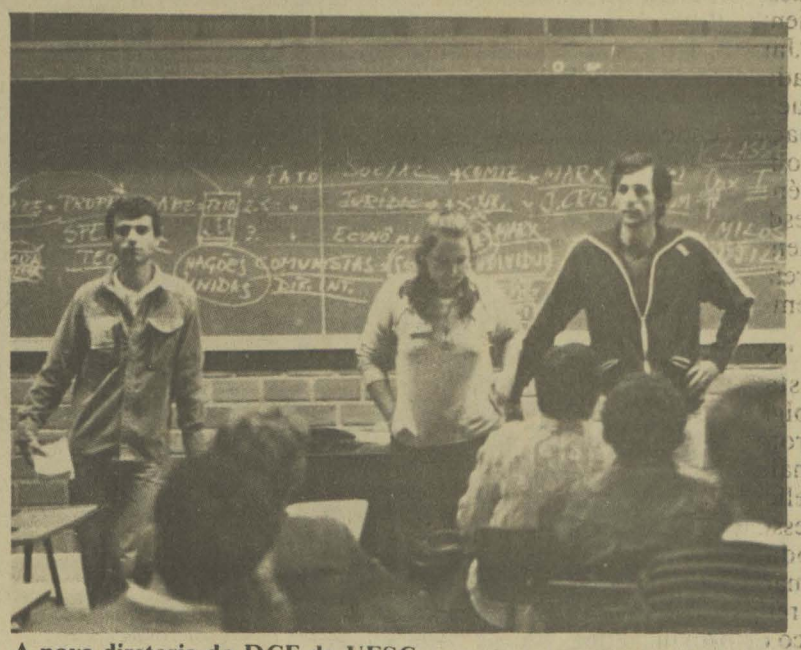
Menos Blá Blá Blá no DCE da Federal de Sta. Catarina

A chapa "Menos Blá Blá Blá, Mais Ação" venceu as eleições para o DCE da Universidade Federal de Santa Catarina realizadas nos dias 3 e 4 de setembro.

A chapa, encabeçada pelo presidente do Centro Acadêmico de Farmácia, Luís Henrique Costa, e composta por militantes e simpatizantes da tendência Viração e da União da Juventude Socialista, caracterizava-se por ser a única entre as concorrentes a assumir a defesa da UNE.

As demais chapas, "Não Pare"' apoiada pela atual diretoria e ligada à tendência Libelu, e "Senti Firmeza" composta por simpatizantes do Movimento Comunista Revolucionário (ex-MEP) não apresentaram propostas concretas. Ficaram apenas no discurso eleitoreiro [illegible] UNE.

[illegible] ter ficado um ano na direção da entidade, repetiu o mesmo discurso do ano passado e as mesmas promessas.



A nova diretoria do DCE da UFSC

"Senti Firmeza" tentou usar um discurso neutro, mas foi desmasc[illegible] da "N[illegible] o conchavo entre as duas chapas, não concretizado na disputa de cargos.

A chapa vencedora, tinha como propostas centrais a retomada das lutas abandonadas pela atual gestão, a Constituinte universitária e a não partidarização da entidade, além da defesa da UNE. **(Caê - Florianópolis, Santa Catarina)**

Enfrentando a repressão

Pelas alamedas de Santiago
lutando contra a opressão
enfrentando os cães de guarda
carabineiros
o povo chileno se organiza
para a vitória final.

Em Piságua
prisioneiros, mas com
brio revolucionário,
enfrentando sorte amarga
o povo chileno se organiza
para a vitória final.

Neste sangue derramado
pelas ruas do país
no enfrentamento à repressão
segue a passos firmes
o povo chileno
pondo abaixo a opressão

Nas prisões da ditadura
o ânimo pela liberdade
não desaparece.
Ali está o patriota
inquebrantável
que não se dobra
diante do sofrimento.
Sua pátria livre
é seu mais nobre objetivo
Morrer por ela é preferível
do que entregar aos vermes
imperialistas apoiados
por Pinochet

O povo tem consciência
resiste e segue na luta
a vitória está próxima
cada passo é importante
para se construir na prática
um Chile livre
onde não haja opressão
e campos de concentração.

(Antônio da Silva Ortega - diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo)

Um prefeito malufista

Depois do terrível despejo popular da Vila Natal, onde a jovem Adenilda, de apenas 17 anos se suicidou por deespero de não ter onde morar, o prefeito Osvaldo Passareli recuperou-se para cometer maiores desatinos contra os interesses da população cubatense.

Já apelidade de "prefeito assassino", devido ao ocorrido em Vila Natal, ele apresentou um projeto de lei no custo de 1 milhão e 700 mil cruzados para a pavimentação da rua Renê Fonseca, localizada próximo à rodovia Piaçaguera, área não utilizada pela população cubatense mas de grande importância para as empresas Copevras S/A, Liquidiquímica S/A, Liquidicarbonic S/A e Gespa Paulista Ltda, cujos empresários, por ironia do acaso, são os mesmos que apoiaram a campanha do prefeito em novembro de 1985.

O projeto de lei foi vetado pelos vereadores de oposição a esse prefeito, que consideram de importância maior os problemas que atingem diretamente a população da cidade, que vive em situação precária.

O prefeito constrói teoricamente uma "política do povo para o povo" mas na prática alimenta o bolso dos empresários. Os "progressos" na realidade são um retrocesso para os cubatenses que recebem apenas poluição e as atitudes ditatoriais executadas pelo prefeito malufista. **(Amigo da TO em Cubatão - São Paulo)**

Diretas para reitor na UFSC

Os estudantes, professores e servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através de suas entidades, com destaque para o Diretório Central dos Estudantes, obtiveram importante conquista. Pela primeira vez, após 28 anos de universidade, elegerão nas urnas o futuro reitor. A comissão eleitoral que coordena o processo é composta por um integrante de cada categoria e representantes dos conselhos superiores. As normas elaboradas e já publicadas foram fruto das discussões das assembléias de professores, estudantes e funcionários, além das reuniões dos colegiados.

A eleição ocorrerá em dois turnos. As inscrições dos candidatos se dará por chapa de seis nomes para reitor e vice. No segundo turno disputarão as duas chapas mais votadas tendo à frente os candidatos mais votados. Outra importante conquista dos estudantes foi o voto paritário.

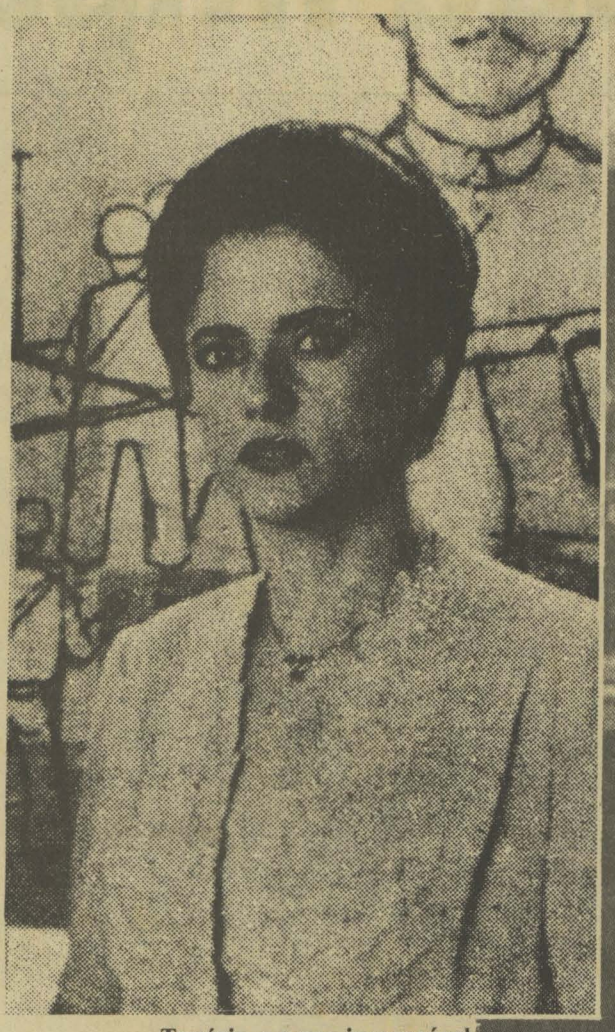
É importante frisar que apesar da legislação em vigor os colegiados superiores assumiram o compromisso de homologar o resultado da consulta e a comunidade deverá se empenhar para que o candidato mais votado seja nomeado. Até o momento tem se destacado a candidatura do oposição apoiado por comunistas e setores progressistas da universidade, trata-se da professora Justina Iva, que foi líder estudantil, fundadora da associação dos docentes, e que se destacou na luta contra o regime militar. **(Tribuneiros potigares - Rio Grande do Norte)**

Leia e assine a
Tribuna Operária
Um jornal a serviço dos trabalhadores
CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Capa preta, a análise de um mito

"O homem da capa preta", de Sérgio Rezende, não deve ser visto como uma biografia realista do político Tenório Cavalcanti. É antes um ensaio sobre o mito que, assumindo o ponto de vista lendário, serve-se do pano de fundo histórico de forma utilitária, resgatando apenas os elementos interessantes ao enfoque, alguns bastante desfigurados.

Raras vezes no cinema, principalmente em obras baseadas em episódio histórico-políticos, conseguiu-se uma posição de neutralidade prante os fatos. Em "O homem da capa preta", a simpatia dos autores pelo biografado é óbvia, o que tem ocorrido com parcela ponderável da produção brasileira mais recente (relembrar "Parahyba mulher macho", "Quilombo", "O bom burguês") e, além da ficção, tal expediente atinge até o documentário ("Jango", em que pesem suas qualidades e o momento oportuno em que foi lançado, manipula a informação vendendo uma imagem emocional e deformada pró-Goulart, além do comprometimento prévio desde a produção, pois foi parcialmente financiado, como este "Capa preta", por familiares do personagem-tema).



Tenório e a sua inseparável metralhadora "Lurdinha"; Zina (Marieta Severo), uma coadjuvante sofredora

"Não sou comunista, não sou fascista, eu sou é macho", frase-epígrafe do filme e que teria sido proferida por Tenório em situação análoga à recriada, dá bem o tom da película: são assumidos os valores pessoais do personagem e, mais que todas, essa sua característica de "macheza", que nada mais é do que o retrato da prepotência de um político de província que coloca as questões individuais não apenas acima das questões políticas, mas até como questões políticas.

Aí o filme é ambíguo embora incorpore a ideologia de Tenório, e o cultue, dado o anacronismo de tais posições - já eram bastante reacionárias mesmo no contexto da época paralelamente o condena. Então a "macheza" implica em machismo, e sua esposa, Zina (Marieta Severo), circula pelo filme não como uma companheira, uma igual, mas como uma coadjuvante sofredora que não tem como interferir diretamente nos fatos; essa "macheza" implica em autoritarismo e violência, então Tenório vive cercado de capangas e desenvolve uma luta com seus adversários pelo poder que descamba para um jogo de vinganças sangrentas. Cabe lembar que aqui, ao contrário de "Rambo" e similares, a violência não se dá gratuitamente, não é espetáculo, ela se dá apenas em função do desenvolvimento natural da trama.

Algumas questões importantes ficam sem resposta por causa de um roteiro fragmentado que salta de um prólogo semi-documental, onde se mostra o nascimento de Tenório, à morte do pai e de seu assassino que ele se vê na contingência de matar em legítima defesa, e à partida para o Sul. Daí corta-se já para um Tenório rico e verador em Caxias, postulante a uma cadeira de deputado estadual.

Como ele conseguiu a fortuna? Essa (entre muitas) é uma questão fundamental que o filme não esclarece. Outra opção de roteiro discutível é a da construção dos diálogos: o filme é um comício onde os outros atores com interpretação naturalista, passam o tempo todo dando as deixas para que José Wilker (Tenório), numa caracterização teatral e distanciada, derrame um discurso verborrágico com impostação de palanque. É como se o personagem se resumisse na aura mística que sua capa preta, a metralhadora Lurdinha, o chapéu, a barba, o semblante sempre pesado e a vontade de poder lhe conferem. Saindo do cinema, fica difícil imaginá-lo sem tais apetrechos e, somando-se a isso o discurso falseado que não corresponde à prática, resta a imagem de um indivíduo sórdido, aparentemente sem vida interior.

ACIMA DA MÉDIA

Terceiro longa-metragem de Sérgio Rezende ("Até a última gota", "O sonho não acabou") e ganhador de vários prêmios no último Festival de Gramado, inclusive de melhor filme, "O homem da capa preta" é uma fita bem realizada - bastante acima da média da produção nacional - onde o diretor cria uma atmosfera impressionista com profunda coerência interna com a correta fotografia de César Charlone e as exigências do roteiro. A assinalar, ainda, a extrema habilidade do diretor em driblar a reconstituição de época, usando enquadramentos fechados em pequenos espaços do ambiente, em especial nas cenas de rua, e a insistência em mostrar o povo (fato raro no cinema brasileiro atual), ainda que como massa, entre a opressão social e o clientelismo do tapinha nas costas, escada para a trajetória do alagoano Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, misto de coronel nordestino e *sel-made-man*, udenista por ser antigetulista, rompido com a UDN por ter sido preterido da disputa do governo do Rio em benefício de Carlos Lacerda, deputado federal que, por anti-lacerdismo, aderiu à Goulart e às reformas de base, dono do jornal "A Luta Democrática", político populista cassado pelo golpe militar de 64, triste exemplo do subdesenvolvimento político que ainda nos cerca.

(Waldir Baptista)

Estude o marxismo-leninismo

MARX
O 18 de Brumário de Louis Bonaparte 54,00
Origem do Capital 35,00
Salário, preço e lucro 15,00
Trabalho assalariado e capital 12,00

MARX/ENGELS
Manifesto do Partido Comunista 12,00
A Comuna de Paris 16,00

ENGELS
A questão da habitação 20,00
Do socialismo utópico ao socialismo científico 19,00
A situação da classe trabalhadora na Inglaterra 130,00

LÊNIN
Sobre os sindicatos 35,00
O trabalho do partido entre as massas 35,00
O Estado e a revolução 38,00
1905 - Jornadas revolucionárias 20,00
A revolução proletária e o renegado Kaustky 35,00
As 3 fontes e as 3 partes constitutivas do marxismo 20,00

STÁLIN
Problemas econômicos do socialismo na URSS 20,00
O marxismo e o problema nacional e colonial 35,00
Materialismo histórico e dialético 16,00
Fundamentos do leninismo 31,00

PCdoB
Constituinte - propostas do PCdoB 20,00
O revisionismo chinês de Mao Tsetung (J. Amazonas) 10,00
O trotsquismo, corrente contra-revolucionária (J. Amazonas) .. 2,00
Itinerário de lutas do PCdoB (H. Lima) . 10,00
Albânia, horizonte vermelho nos Bálcãs (L. Manfredini) 80,00
PCB/PCdoB - dois caminhos opostos (R. Lustosa) 2,00
ENVER HOXHA
A luta contra o revisionismo soviético . 25,00
Discurso aos eleitores 5,00
Relatório ao 8º Congresso do PTA 10,00

APENAS Cz$ 20,00

Pedidos com o envio de cheque nominal no valor da compra para a Editora Anita Garibaldi, Av. Brig. Luís Antônio, 1.511, CEP 01317, São Paulo, fone 251-2729.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. **Telefone:** 36-7531 (DDD 011) **Telex:** 01132133 TLOBR **Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira. **Conselho de Direção:** Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900. **ALAGOAS - Arapiraca:** Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. **Maceió:** Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. **AMAZONAS - Manaus:** Rua Simom Bolivar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone 237-6644 - CEP 69000. **BAHIA - Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. **Feira de Santana:** Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. **Itabuna:** Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. **Itapetininga:** Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. **Paratinga:** Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. **Salvador;** Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. **Simões Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700. **DISTRITO FEDERAL - Brasília:** Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. **CEARÁ - Fortaleza:** Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. **Iguatú:** Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. **Vitória:** Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. **GOIÁS - Goiânia:** Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. **Anápolis:** Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. **MARANHÃO - São Luís:** Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. **MATO GROSSO - Cuiabá:** Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. **MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande:** Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. **MINAS GERAIS - Belo Horizonte:** Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. **PARÁ - Belém:** Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. **PARAÍBA - João Pessoa:** Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. **Campina Grande:** Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. **PARANÁ - Curitiba:** Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961, CEP 80000. **Londrina:** Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. **PIAUÍ - Teresina:** Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000. **PERNAMBUCO - Cabo:** Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. **Garanhuns:** Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. **Recife:** Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. **RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.** **RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves:** Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. **Canoas:** Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. **Caxias do Sul:** Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. **Pelotas:** Rua Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. **Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. **Santa Maria:** Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. **Rio Grande:** Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. **Ijuí:** Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s 23, 2º andar. **RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro:** Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. **Nova Iguaçú:** Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. **SANTA CATARINA - Florianópolis:** Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. **SÃO PAULO - Americana:** Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. **Campinas:** Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. **Osasco:** Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. **Taubaté:** Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. **São José dos Campos:** Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. **Guarulhos:** Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. **SERGIPE - Aracaju:** Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up e Fotolito, *Litarte Fotolitos Ltda.* Fone: 279-3646. Impressão Cia Jornes. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

X Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)	□ Cz$	260,00
Anual popular (52 edições)	□ Cz$	130,00
Semestral (26 edições)	□ Cz$	130 00
Semestral popular (26 edições)	□ Cz$	65,00
Trimestral (13 edições)	□ Cz$	33,00
Anual para o exterior (dólares)	□ US$	70

Nome: .....
.....
Endereço: .....
.....
Bairro: .....
Cidade: ..... CEP: .....
Estado: .....
Profissão: .....
Data: .....

Endereçe a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 153, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Sonegadores ainda impunes

É cada dia maior a indignação das forças democráticas e populares perante a desenvoltura com que agem os grandes capitalistas e latifundiários para boicotar o congelamento dos preços. O governo federal anunciou dia 17 um conjunto de medidas na tentativa de coibir a especulação com a carne. Porém, mostra-se ainda vacilante em enfrentar o problema com energia. Reluta em aplicar a Lei Delegada nº. 4 para confiscar os bois retirados pelos latifundiários nos pastos.

Personagem principal de um dos quadros do programa de Jô Soares, na última segunda-feira o "emissário do rei" havia retornado de uma viagem ao Brasil. Convidado pela corte a contar uma piada, ele informa que o governo, objetivando combater a especulação e o boicote ao Plano Cruzado, teve a brilhante idéia de recorrer à importação de carne. Mas os frigoríficos, nas barbas das autoridades, cobram ágio sobre o produto comprado no exterior. A gargalhada foi geral.

A impotência do governo já está sendo narrada como piada

Dado o devido desconto para o lado trágico da situação, não há como negar que a impotência do governo em fazer prevalecer o congelamento dos preços vem adquirindo todas as características de uma comédia. Afinal, o que está em jogo é a lei que ele próprio instituiu, foi aprovada pelo Congresso Nacional, conta com a aprovação entusiasta da grande maioria da população e vem sendo descaradamente desresepeitada.

Em teoria, o que falta é ação. Há instrumentos para combater com energia a sonegação, como a Lei Delegada nº 4, que permite o confisco de mercadorias estocadas para fins especulativos. Entretanto, no atacado a atitude do governo Sarney tem se resumido a ameaças. Já há duas semanas a revista "Veja" comentou: "Se havia algum produto encontrado com facilidade na praça, eram as ameaças oficiais". Ao lado disto, para causar impressão de que alguma coisa vem sendo feita, sucedem-se as autuações e prisões de pequenos comerciantes, com maior freqüência açougueiros, deixando impunes os grandes especuladores.

Na quarta-feira as autoridades anunciaram com estardalhaço algumas iniciativas com vistas a normalizar o abastecimento da carne. Com exceção da suspensão das operações com boi gordo na Bolsa de Mercadorias, nenhuma novidade digna de registro. O que se buscou foi uma conciliação com o latifúndio, que inclusive ficou isento do ICM sobre o produto (em outras condições tal medida poderia ser considerada positiva; hoje, representa, na verdade, um aumento disfarçado no preço do boi, pago neste caso, pelos Estados, que terão suas receitas reduzidas).

A aplicação da Lei Delegada nº 4 permanece, uma vez mais, apenas como ameaça. Carece a necessária coragem para enfrentar os poderosos fazendeiros. Enquanto isto, o caráter de contestação às leis e ao governo é nítido. Os grandes capitalistas e fazendeiros continuam formando estoques criminosos, e o governo apenas contempla passivamente.

A sonegação gananciosa é reconhecida pelas autoridades como causa do ágio e da escassez e tem adquirido proporções intoleráveis, cabendo à carne um papel de destaque. Cálculos oficiais dão conta de que somente na região Sul do país cerca de 3 milhões de cabeças de boi em condições de abate estão confinadas nos pastos.

Foto: Matuiti Mayezo

Mesmo dentro dos supermercados as filas já viraram rotina; e nos açougues, a escassez

Foto: Paulo Leite

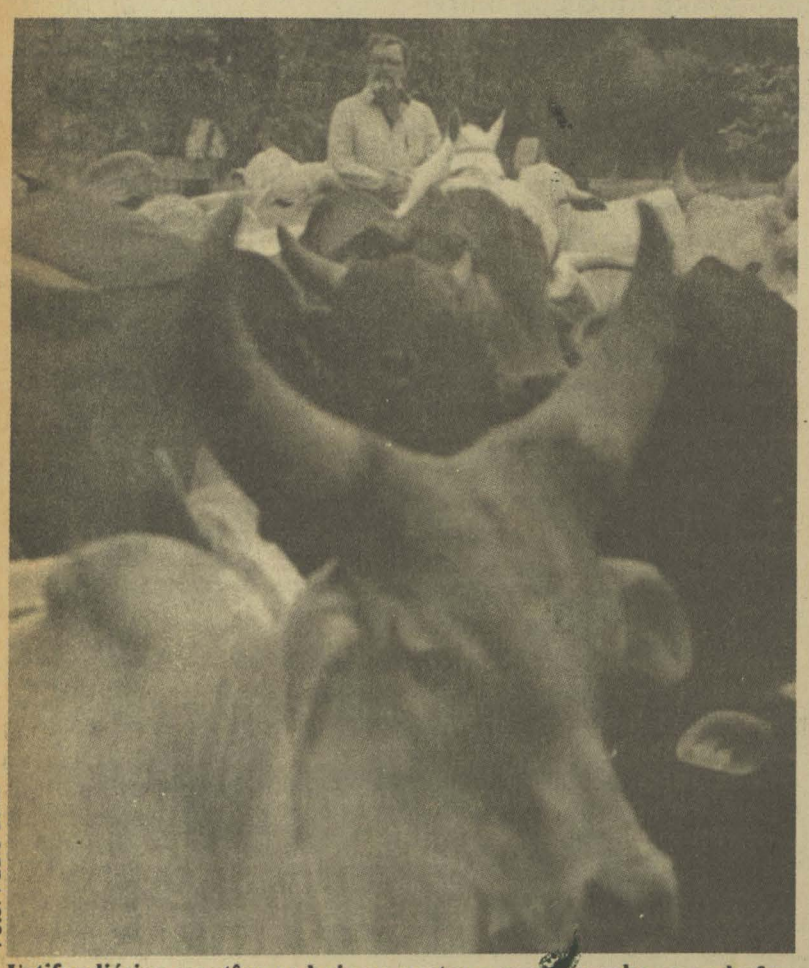


Foto: Paulo Leite

Latifundiários mantêm os bois no pasto; o governo sabe, e nada faz

Latifundiários também querem desestabilizar a democracia

Na Bolsa de Mercadorias, a jogatina com o preço do gado (agora suspensa) tem sido do tipo de causar indignação a qualquer um. A cotação no mercado futuro, monopolizada por poucos mas poderosos investidores, chegou a superar a marca dos Cz$ 800 por arroba pra entrega em outubro do próximo ano, quando o preço tabelado é de Cz$ 215.

E os pecuaristas não têm por alvo somente o congelamento. Estão aproveitando a deixa para desestabilizar o próprio regime democrático e, em particular no momento, criar um clima propício à eleição de seus representantes à Constituinte, bem como bombardear o plano de reforma agrária e outras medidas de conteúdo progressista adotadas pela Nova República. "Esse é um momento de guerra", declarou um latifundiário da região de Araçatuba em São Paulo.

Os acontecimentos que se sucederam desde a edição do Plano Cruzado deixam evidente que os inimigos do povo não podem ser encontrados nos botequins da esquina, entre os empregados de açougues ou no pequeno comércio. Muito menos o congelamento vem sendo colocado em questão pelos trabalhadores que lutam por melhorias salariais. Os inimigos do povo, que estão sabotando o congelamento são gente como o senhor Abílio Diniz, presidente do grupo Pão de Açúcar, o malufista William Eid, presidente da Associação Paulista de Supermercados, os latifundiários de extrema-direita abrigados na sinistra UDR.

Senhores poderosos, que infelizmente têm costas largas. E assento no próprio governo (Abílio diniz, por exemplo, é membro do Conselho Monetário Nacional), o que explica a benevolência e a vacilação das autoridades. Como salientou o governador paulista Franco Montoro, que vem pedindo a utilização da Lei Delegada nº 4 para combater os sonegadores, "se a lei for aplicada muito tubarão irá para a cadeia".

O povo, porém, já não suporta esta situação. A tolerância tem limites. Durante o horário a que tem direito na televisão para propaganda eleitoral, Orestes Quércia, candidato ao governo de São Paulo pelo PMDB, entrevistou vários populares nas filas formadas em supermercados para comprar carne e ouviu sempre o apelo para que o governo federal intervenha com energia nos pastos, pondo fim à crise de abastecimento. Torna-se urgente a mobilização das forças democráticas e populares para exigir a punição dos especuladores e o respeito ao congelamento.

A anarquia de um sistema decrépito

Ao lado das inquietações e do desespero popular, a atual crise de abastecimento encerra importantes ensinamentos para os trabalhadores. Antes de tudo, ela evidencia o caráter anárquico do sistema capitalista de produção e suas leis anacrônicas, a base miserável em que ele repousa.

Não é difícil ver o que está por trás do ágio, da sonegação, do confinamento criminoso dos bois no campo e da formação de estoque especulativo com inúmeras mercadorias. É a ganância de cada capitalista, a luta que empreende para elevar ao máximo sua taxa de lucro que resulta na anarquia, em muitos casos artificial, tanto na esfera da produção quanto na da circulação das mercadorias.

FATO TRANSPARENTE

Tal fato é insofismável. O próprio presidente Sarney o reconheceu ao situar na mentalidade especulativa dos empresários a origem da resistência ao tabelamento. O ministro Dilson Funaro, por seu turno, referiu-se em diferentes ocasiões aos maus brasileiros que desejam ganhar cada vez mais e não se contentam com lucros modestos.

O preço, particularmente nas condições econômicas vividas pelo Brasil nos últimos anos, transformou-se num depositário privilegiado das contradições que esta busca incessante do lucro máximo engendra. Afinal, aumentar o preço de suas mercadorias é uma forma relativamente fácil, cômoda e eficiente de manter e ampliar os rendimentos do capital, com o efeito final de depreciar o valor real dos salários e empobrecer o povo.

É preciso acentuar que, embora uma diversidade de empresários venha reclamando chorosos de hipotéticos prejuízos, a verdade é que o congelamento os pegou em momento favorecido. Os preços, como se sabe, foram tabelados conforme os valores praticados em 28 de fevereiro, enquanto a metodologia utilizada para reajustar os salários, ficando-os nos valores médios dos seis meses anteriores, consagrou a corrosão do poder de compra patrocinado pela alta dos preços no período. Conseqüentemente, a relação que se procurou estabelecer entre lucro e salário foi bastante generosa para o capital. Ao mesmo tempo, salienta-se a circunstância de que muitos produtos estavam, na época, com seus preços acima da média vigente nos meses anteriores, graças à aceleração do processo inflacionário. É o caso da carne, cuja cotação era superior ao do dobro da que foi verificada no primeiro semestre de 1985. E, nos seis primeiros meses deste ano, a lucratividade das empresas duplicou.

Mas ao proletariado interessa perguntar: por que o governo não tem se mostrado em condições de manter o congelamento que instituiu, nem usa pulso forte para combater os sonegadores? Em primeiro lugar, cabe ressatar o próprio caráter de classe do governo, comprometido sobretudo com os interesses da burguesia. Ao mesmo tempo, cumpre dizer que a busca do lucro máximo é o próprio alicerce do nosso sistema econômico.

Toda a produção e distribuição de bens e serviços, sob este sistema, subordinam-se, portanto, ao interesse de cada capitalista em obter lucro. A satisfação das necessidades do povo não tem vez. É um sistema que não satisfaz às grandes massas e que também já não tem porque subsistir - só reclama um túmulo, e quanto antes melhor.

A posição de Quércia e Montoro

O abaixo-assinado, coordenado por entidades sindicais e populares, exigindo do governo federal a manutenção integral do congelamento dos preços, rigorosa punição dos sonegadores e especuladores e agilização e ampliação da reforma agrária, entre outras coisas, obteve há poucos dias importantes adesões. Foi assinado pelo governador de São Paulo, Franco Montoro; pelo vice e candidato ao governo pelo PMDB, Orestes Quércia; por Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, candidatos ao Senado; por Almino Affonso, presidente regional do PMDB; João Amazonas e Antônio Neto Barbosa, presidentes nacional e regional do PC do B, respectivamente.

Essas assinaturas foram colhidas pelo presidente da Conam e candidato do PC do B à Assembléia Legislativa de São Paulo, João Bosco, durante o ato em que se comemorou a desapropriação do conjunto Centreville em Santo André **(veja matéria na página 6)**.

É um fato que mostra a amplitude das propostas contidas no abaixo-assinado, que vem recebendo a cada dia maior apoio dos operários, das donas-de-casa e do povo em geral. "A luta em torno dos objetivos expressos no documento, desta forma, ganha um novo impulso", conforme salientou João Bosco.

Montoro, Quércia e Almino Affonso, por sinal, têm dado nos últimos dias sucessivos sinais de que pretendem colaborar para o êxito dessas bandeiras populares. Orestes Quércia, em seu programa diário na televisão, tem insistido em que se faz necessária uma ação enérgica do governo para coibir a sonegação e a sabotagem do Plano Cruzado, feitas, como acentuou, por grandes latifundiários e empresários. Enviou inclusive um telegrama ao presidente Sarney pedindo a aplicação da Lei Delegada nº 4 para confiscar os bois nos pastos do latifúndio.

Entre outras assinaturas colhidas pelo presidente da Conam na ocasião estão as de Aurélio Peres, Aldo Rebelo e Adonis Bernardes, candidatos do PC do B à Constituinte; Valdemar Chubaci, do PMDB; Benedito Cintra, deputado estadual e candidato à reeleição pelo PC do B; Fernando Lessa, candidato a deputado estadual pelo PMDB; Alberto Zanaine, presidente da Federação das Sociedades Amigos de Bairro de Santo André, além de diversas outras autoridades, lideranças populares e candidatos às eleições de 15 de novembro presentes ao ato.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois